

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - *CAMPUS GARANHUNS*
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
PRÁTICAS E INOVAÇÃO EM SAÚDE MENTAL

CHARLES GOMES SOARES

SERÁ QUE ACOLHER, DE FATO, SIGNIFICA PROTEGER?
POR DENTRO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO INFANTOJUVENIL
SITUADA NO AGRESTE DE PERNAMBUCO.

GARANHUNS - PERNAMBUCO

SETEMBRO DE 2022

CHARLES GOMES SOARES

**SERÁ QUE ACOLHER, DE FATO, SIGNIFICA PROTEGER?
POR DENTRO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO INFANTOJUVENIL
SITUADA NO AGRESTE DE PERNAMBUCO.**

Dissertação apresentada à banca examinadora como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Psicologia Práticas e Inovação em Saúde Mental da Universidade de Pernambuco.

Linha de Pesquisa: Práticas e Inovação na Promoção em Saúde Mental.

Orientador: Professor Dr. João Ricard Pereira da Silva

GARANHUNS - PE

2022

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE

Reitor:

Pró-reitor:

Cordenador:

FICHA CATALOGRÁFICA

Soares, Charles Gomes

Será que acolher, de fato, significa proteger? Por dentro uma instituição de acolhimento infantojuvenil situada no Agreste de Pernambuco. Garanhuns, 2022.

Orientador: Professor Dr. João Ricard Pereira da Silva

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Psicologia – Práticas e Inovação em Saúde Mental, Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns, como requisito para a obtenção do grau de Mestre/a em Psicologia – Práticas e Inovação em Saúde Mental

Nome: Charles Gomes Soares

Título: *“Será que acolher, de fato, significa proteger? Por dentro uma instituição de acolhimento infantojuvenil situada no Agreste de Pernambuco.*

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Psicologia – Práticas e Inovação em Saúde Mental, Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns, como requisito para a obtenção do grau de Mestre/a em Psicologia – Práticas e Inovação em Saúde Mental

COMISSÃO JULGADORA:

Dr. Fernando da Silva Cardoso
Universidade de Pernambuco – UPE
Examinador Externo

Dra. Suely Emilia de Barros Santos
UPE Campus Garanhuns
Examinadora Interna

Dr. João Ricard Pereira da Silva
UPE Campus Garanhuns
Professor Orientador – Presidente da Banca Examinadora

GARANHUNS - PE

2022

*Aos meus queridos pais e irmãos Gislene e Leonardo,
Infinito é o meu amor por vocês.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos pais, Rosineide Gomes Soares José Ronaldo Lira Soares, por sempre se fazerem presentes em todos os momentos da minha vida.

Aos meus queridos irmãos, Gislene Gomes e Leonardo Soares, pelo companheirismo de sempre.

Ao meu querido orientador, professor João Ricard, pelo carinho desde os tempos da graduação e pela confiança nesse trabalho.

Ao querido amigo e juiz da Vara Regional da infância e Juventude de Garanhuns, Dr. Mauricio Santos Gusmão Junior, um ser humano exemplar engajado na proteção à infância e juventude.

Às queridas amigas Cíntia Barros de Abreu Jarjor e Shirley Sayonara Bezerra de Melo Torres por estarem comigo desde o início dessa caminhada e contribuírem para a construção desse trabalho.

Aos queridos amigos Fernando Rapete, Priscilla Gomes, Renilda Arandas, Karyne Lira, Marco Uchôa, Francisco das Chagas Cabral, Dennis Jefferson, Renilda Aranda e Franco Junqueira pelo carinho e presença durante essa jornada que é a vida.

Aos queridos mestres Suely Emília de Barros Santos e Fernando da Silva Cardoso pelas preciosas orientações no decorrer deste trabalho.

Aos profissionais da equipe técnica que participaram dessa pesquisa e deram contribuições imprescindíveis. Para vocês o meu mais profundo obrigado.

RESUMO

Embora o acolhimento consista numa medida de proteção provisória e de caráter excepcional, apenas utilizada quando não há possibilidade de permanência da criança ou adolescente em sua família de origem, os acolhimentos prolongados e a superlotação dos espaços são frequentes. Constituindo-se em ambientes que arraigam consigo inúmeras dificuldades e particularidades, as casas de acolhimento colocam os integrantes das equipes técnicas, profissionais que possuem a importante missão de desenvolver um trabalho de fortalecimento dos vínculos familiares dos acolhidos junto às suas famílias de origem com vistas a reintegração familiar, frente a uma série de desafios. Mobilizada por essas questões, a presente pesquisa objetivou dialogar com os profissionais que compõem a equipe técnica de uma instituição de acolhimento situada no Agreste de Pernambuco que, por acolher crianças e adolescentes oriundos de qualquer cidade do Estado de Pernambuco, convive constantemente com os problemas acarretados pela superlotação, ausência de condições mínimas de trabalho e profissionais. Utilizando como instrumentos as entrevistas semi-estruturadas com questões abertas e as oficinas, a presente pesquisa teve como o encaminhamento metodológico a pesquisa-ação. Sendo uma das técnicas de tratamento de dados disponíveis para pesquisas qualitativas, empregou-se neste trabalho a análise de conteúdo. Ao lançarmos um olhar sobre o processo de acolhimento de crianças/adolescentes e facilitarmos a criação de um ambiente confiável em que os profissionais puderam externar o que estavam vivenciando e as possíveis sugestões para as problemáticas apontadas, conseguimos dar um primeiro passo para a garantia dos direitos básicos daqueles que encontram-se acolhidos.

Palavras chave: acolhimento, psicologia, institucionalização.

ABSTRACT

Although foster care is a temporary protection measure of an exceptional nature, it is only used when there is no possibility for the child or adolescent to remain in their family of origin; prolonged receptions and overcrowding of spaces are frequent. Constituting themselves in environments that root with them numerous difficulties and particularities, the shelters place the members of the technical teams, professionals who have the important mission of developing a work of strengthening the family ties of the sheltered with their families of origin with a view to family reintegration; face a series of challenges. Mobilized by these questions, the present research aimed to dialogue with the professionals who make up the technical team of a reception institution located in the Agreste of Pernambuco which, by welcoming children and adolescents from any city in the State of Pernambuco, constantly coexists with the problems caused overcrowding, lack of minimum working and professional conditions. Using semi-structured interviews with open questions and group dynamics workshops as instruments, the present research had as its methodological approach the action research. As one of the data processing techniques available for qualitative research, content analysis was used in this work. By taking a look at the child/adolescent reception process and facilitating the creation of a reliable environment in which professionals could express what they were experiencing and possible suggestions for the problems pointed out, we were able to take a first step towards guaranteeing the rights basic needs of those who are welcomed.

Keyword: reception, psychology, institutionalization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 AS RAÍZES HISTÓRICAS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INFÂNCIA BRASILEIRA E A CONQUISTA DE DIREITOS	13
2 ADVENTO DO ECA E PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL.....	20
2.1 Um breve retrato das instituições de acolhimento voltadas para crianças e adolescentes	23
2.2 O profissional de psicologia inserido nos espaços voltados para o acolhimento institucional de crianças/ adolescentes	26
3 METODOLOGIA.....	30
3.1 A pesquisa-ação	30
3.2 População e participantes da pesquisa	33
3.3 Técnicas e instrumentos da pesquisa	33
3.4 A análise de conteúdo na presente pesquisa ação.....	35
3.5 Devolução dos Dados para os participantes da pesquisa.....	37
4 A INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO INFANTOJUVENIL SITUADA NO AGRESTE DE PERNAMBUCO	38
4.1 Apresentação do projeto e primeira oficina.....	39
4.2 Momento da segunda oficina.....	40
4.3 Primeira parte da terceira oficina.....	43
4.3.1 Segunda parte da terceira oficina e momento das sugestões.....	46
4.4 Desdobramentos da pesquisa	48
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS	52
ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	61
ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP NÚMERO : 5.503.261	62
ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP NÚMERO : 5.173.748	65

GLOSSÁRIO

ECA: Estatuto da Criança e do adolescente

PNCFC: Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária

CNJ: Conselho Nacional de Justiça

SNA: Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento

PIA: Plano Individual de Acolhimento

MPPE: Ministério Público do Estado de Pernambuco

CNAS: Conselho Nacional de assistência Social

CONANDA: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

SUAS: Sistema Único de Assistência Social

SAICA: Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e adolescentes

VRIJ: Vara Regional da Infância e Juventude

INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços trazidos pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, nas últimas três décadas, crianças e adolescentes brasileiros permanecem diuturnamente tendo seus direitos mais básicos flagrantemente violados por aqueles que possuem o dever legal de garanti-los.

Inseridos num país marcado por séculos de desigualdades sociais, milhares de crianças e adolescentes permanecem sendo submetidos as mais diversas agressões. Abandono, abusos físicos, sexuais e exploração do trabalho infantil são apenas algumas das violências presentes no cotidiano daqueles que tanto necessitam de cuidados.

Diante das mais diversas violações de direitos e da impossibilidade em permanecerem com suas famílias de origem, o acolhimento institucional tem sido empregado como medida de proteção, (de caráter provisório e excepcional), que possibilita, em tese, a proteção integral de crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade social.

Uma vez inseridas em instituições de acolhimento institucional, crianças e adolescentes são colocados em espaços voltados exclusivamente para o coletivo, onde o reconhecimento das suas singularidades e necessidades mais básicas acaba sendo desconsiderado, principalmente em locais que convivem com a superlotação, caso das instituições com abrangência estadual.

Sendo ambientes que arraigam consigo inúmeras dificuldades e particularidades, as casas de acolhimento colocam os integrantes das equipes técnicas, profissionais que possuem, dentre outras atribuições, a árdua missão de desenvolver um trabalho de fortalecimento dos vínculos familiares dos acolhidos junto às suas famílias de origem com vistas a reintegração familiar, frente a uma série de desafios.

Atuando há nove anos como psicólogo do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco e lidando cotidianamente com questões concernentes ao acolhimento junto a uma Vara Regional da Infância e da Juventude, tenho testemunhado um gigantesco abismo entre o preconizado pela avançada legislação brasileira, no tocante as políticas de proteção da infância e da juventude do país, e a realidade.

Mobilizado por essas questões e cômico da urgente necessidade de trazer à tona a discussão a respeito do processo de acolhimento de crianças/adolescentes, bem como a

inquietante e aparente invisibilidade social com a qual essa questão tem sido tratada, que a presente pesquisa foi elaborada.

Para tal, debrucei-me sobre o trabalho desempenhado pela equipe técnica de uma instituição de acolhimento infantojuvenil situada no Agreste de Pernambuco que, por atender crianças/adolescentes provenientes de qualquer Cidade do Estado, convive com uma série de problemas que vão desde a superlotação até a ausência de condições mínimas de trabalho.

Tendo como objetivo geral dialogar com os treze profissionais que compõem a equipe técnica da referida instituição de acolhimento com o intuito de identificar as temáticas apontadas como potencializadoras de sofrimento e suas possíveis soluções, a pesquisa utilizou como instrumento as entrevistas semi-estruturadas com questões abertas e as oficinas.

Dito isto, participaram inicialmente da pesquisa dez profissionais que, após receberem as devidas explicações e assinarem o TCLE, aceitaram fazer parte da mesma. Cabe destacar que destes, apenas sete compareceram aos momentos de construção das oficinas, tendo em vista que afastamentos acarretados pela COVID 19 e o gozo de férias impossibilitaram a presença de todos os integrantes da equipe.

Para estabelecer um diálogo com o leitor, esta pesquisa encontra-se dividida em quatro capítulos. No primeiro, intitulado: As raízes históricas da institucionalização da infância brasileira e a conquista de direitos, objetiva-se, por intermédio de um estudo bibliográfico, analisar o percurso histórico das medidas de acolhimento de crianças/adolescentes no Brasil e os desafios vivenciados até a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA na década de 1990.

O segundo capítulo encontra-se dedicado ao advento do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e o princípio da proteção integral de crianças e adolescentes no Brasil. No decorrer dessa trajetória, será apresentado um breve retrato das instituições de acolhimentos e a inserção do profissional de psicologia nestes espaços.

O terceiro capítulo aborda o encaminhamento metodológico da pesquisa-ação, descrevendo as problemáticas que impulsionaram a realização da pesquisa, os sujeitos envolvidos, os instrumentos utilizados, a análise do conteúdo obtido e a devolução dos dados. E, por fim, o quarto capítulo apresenta a instituição de acolhimento abordada nessa pesquisa, as oficinas realizadas, as problemáticas identificadas pelos profissionais e as possíveis sugestões para solucioná-las.

1 AS RAÍZES HISTÓRICAS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INFÂNCIA BRASILEIRA E A CONQUISTA DE DIREITOS

Embora nos pareça absurda, na contemporaneidade, a concepção de que crianças e adolescentes não deverão receber nenhum tipo de assistência e proteção contra qualquer tipo de violência, a história brasileira revela que durante séculos as práticas de maus-tratos, abandono e mortes fizeram-se presentes no universo infantojuvenil.

De acordo com o Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento (Assis; Farias, 2013), as raízes históricas da institucionalização da infância brasileira podem ser visualizadas durante o período colonial, mais precisamente no final do século XVII, época em que o aumento populacional agravou o contexto vivenciado pelas crianças pobres e das abandonadas nas ruas, que fatidicamente faleciam ou eram devoradas por animais.

Sendo uma prática comum durante o período colonial, o abandono de recém-nascidos ou de crianças, nos mais diversos espaços urbanos, acarretou um elevado índice de mortalidade infantil nas insalubres e emergentes cidades brasileiras. Como exposto por Barcellar, (1994):

Os diferentes ritmos de crescimento do mundo colonial repercutiram fortemente na condição de vida das crianças. No campo, espaço das transformações lentas, o abandono raramente ocorria e vários enjeitados acabavam sendo adotados como filhos de criação ou agregados por famílias estruturadas; na cidade, o ritmo acelerado das transformações provocava desequilíbrios. Não havia casas para acolher todos os forasteiros, não havia mercado de trabalho livre suficientemente desenvolvido para absorver quem precisava sobreviver à custa do próprio suor. A cidade agregava os pobres e não sabia o que fazer com eles. (p. 324)

Numa era em que a elite brasileira, predominantemente católica, acreditava veementemente na crença da danação das almas para todos aqueles que faleciam sem receber o sacramento do batismo, a preocupação com o caminho espiritual das crianças abandonadas passou a ganhar um maior destaque. Frente a esta motivação de cunho religioso, ações foram pensadas com o intuito de acolher e batizar as crianças “enjeitadas” ou “expostas”, termo comumente empregado na sociedade brasileira da época para designar as que eram abandonadas, e livrá-las de uma vida eterna no purgatório. (Torres, 2008).

Corroborando com esta questão, Venâncio (1997) ressalta que a primeira forma de auxílio, patrocinada pelo Estado, consistia no suporte financeiro para todos aqueles que, após

acolherem e batizarem um recém-nascido, portassem um certificado paroquial atestando que o enjeitado estava em sua casa e era bem tratado.

Uma vez com o documento, era possível solicitar ajuda financeira ao presidente da câmara, que julgava o pedido muitas vezes baseado em critérios de amizade ou de clientelismo inscrevendo, caso o mesmo fosse concedido, o nome da criança no Livro de matrícula dos expostos. O valor pago às “famílias criadeiras” variava de tempos em tempos, mas dificilmente alcançava cifras que permitissem muito mais que a compra de alguns quilos de farinha de mandioca e carne-seca por mês. Os beneficiados podiam escolher entre duas formas de recebimento: trimestral ou ao fim da criação, por morte ou pelo fato de o menor ter atingido sete anos de idade. Quando os expostos chegavam aos sete anos, a ajuda pública terminava. Esperava-se que o longo período de convívio da criança junto dos criadores lhe garantisse a permanência no domicílio adotivo. (p.193)

Convivendo, desde o nascimento, com o abandono e a incerteza com relação ao futuro, inúmeras crianças foram lançadas por suas “famílias acolhedoras”, tão logo a assistência governamental se encerrava, a cruel realidade da sociedade colonial brasileira. Assim, a celebração do sétimo ano de vida constituía-se num momento de extrema angústia, tendo em vista a iminente possibilidade de regressarem ao círculo de abandono. Uma vez expulsas dos lares, estas crianças acabavam indo residir em seminários, arsenais, recolhimentos ou direcionadas para o trabalho pesado na construção de estradas de ferro. (Venâncio, 1997)

Mostrando-se como alternativa insuficiente para contemplar a questão do abandono de crianças, outra forma de auxílio, conhecido como Casa da Roda dos Expostos, foi implementado pelas Santas Casas com o intuito de garantir a sobrevivência do enjeitado e preservar totalmente a identidade de quem o abandonasse.

Implementadas durante o período colonial apenas em Salvador, Recife e Rio de Janeiro, as Rodas passaram por enorme desenvolvimento durante as primeiras décadas do período republicano, (atingindo um quantitativo de doze em meados do século XIX), sendo definitivamente desativadas em 1950. (Motta, 2008)

Sobre o porquê do nome Roda, Marcilio (2006) ressalta que:

O nome da roda provém do dispositivo no qual se colocavam os bebês que se queriam abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha enjeitada. A seguir, ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado. (p.57).

De acordo com Torres (2008), mais do que uma alternativa para conter os elevados índices de infanticídio na época, a instalação da Roda dos Expostos objetivou, primordialmente, evitar os crimes morais, pois protegia as mulheres brancas solteiras dos escândalos acarretados por relações extraconjugais ou fora do casamento.

Sobre este fato, Motta (2008), destaca que devido aos ditames morais da época, os enjeitados do Brasil colonial eram provenientes, em grande parte, das relações ilícitas praticadas pelas mulheres de condição elevada, (com faixa etária entre 12 e 16 anos), tendo em vista que as negras e mestiças não estavam sujeitas aos preconceitos sociais aos quais as brancas estavam suscetíveis.

É importante salientar que, apesar dos ditames morais da época contribuírem significativamente para o abandono de crianças, outras razões possibilitavam que este ato fosse concretizado, fatores fortuitos como o nascimento de gêmeos ou doenças também resultavam em abandonos. (MOTTA, 2008). Segundo Assis e Farias (2013), apenas com a proximidade do século XX, ações filantrópicas, ancoradas em preceitos científicos, obtiveram maior destaque frente as desempenhadas pelo viés da caridade, fato que possibilitou um novo olhar sobre a questão das crianças abandonadas.

Ainda sobre este fato, os referidos autores destacam que a partir deste momento, difundiu-se a ideia de que a preocupação com as crianças abandonadas não deveria restringir-se à salvação da sua alma, mas também, ao cuidado com seus corpos. Assis e Farias (2013):

O abandono tornou-se menos tolerado e a criança, tida como o futuro da nação, começou a ocupar um lugar de importância nas decisões políticas. Essas ações tinham, sobretudo, uma missão moralizadora e saneadora que pretendia contribuir para a construção de uma nação livre da “ignorância” e do “atraso”, segundo o pensamento da época. As famílias pobres passaram a ser vistas como incapazes de cuidar de seus filhos. As mães foram consideradas como prostitutas e os pais como alcoólatras — ambos viciosos, avessos ao trabalho, incapazes de exercer boa influência moral sobre os filhos e, portanto, culpados. As crianças pobres são então vistas como perigosas ou “potencialmente perigosas” e estigmatizadas. (p.25)

Sendo um neologismo proveniente da França das Luzes, a filantropia ou benemerência, difere-se da caridade por propor a desvinculação de qualquer indício de piedade, tendo como ideia subjacente a utilidade social. Enquanto a caridade encontra-se atrelada ao temor a Deus e a uma atitude de resignação frente a pobreza, a filantropia emerge como virtude laicizada em que há uma ação continuada, refletida e não mais individual. (Sanglard, Gil, 2014)

Por este viés, palavras como caridade, filantropia e assistência estabeleceram-se como faces de um discurso que, promovido pelos setores mais ricos da sociedade brasileira, visavam atenuar o contexto de precariedade da população pobre. “A observância aos preceitos higiênicos elementares, o socorro à pobreza, a atenuação da ignorância e a cura das doenças compunham a plêiade de problemas que necessitavam ser enfrentados” (Camara, 2017, p.221)

Nesta direção, Rizzini e Gondra (2014, p.578), relatam que entre as últimas décadas do século XIX e início do século XX, os documentos elaborados pelo poder público para lidar com a população articulavam discursos e políticas distintas que afirmavam a “necessidade de higienizar e sanear, construir habitações salubres, jardins e praças, criar escolas primárias e profissionais, reformar hospitais, hospícios e as instituições penitenciárias”.

Com o advento do período republicano e das novas sensibilidades e exigências civilizatórias, o intitulado problema da infância, caracterizado por um elevado índice de mortalidade infantil, tornou-se intolerável. O novo valor destinado a infância e a necessidade de protegê-la estabeleceram uma convergência indenitária entre saúde, educação e nação, fato que conduziu a intelectualidade urbana a construção de propostas reformadoras a partir do eixo orientador da higiene. (Castro Santos 1985)

Corroborando com essa compreensão, Mott, Byington e Alves (2005) ressaltam que:

Homens e mulheres das camadas médias e das elites passaram a denunciar e a buscar soluções para esse 'desperdício de vidas'. O país tinha solução, sim! Ao contrário do que se dizia, não era a mestiçagem nem o clima tropical que tornavam o brasileiro preguiçoso e dizimava a população. Os problemas eram decorrentes do analfabetismo e da falta de cuidado com saúde. Para reverter esse quadro, foram constituídas entidades de assistência médica e social voltadas para a infância, que passaram a divulgar propostas de combate à mortalidade infantil em discursos, aulas, palestras, seminários, publicações. Nascia uma nova sensibilidade em relação às crianças brasileiras, que passavam a ser consideradas fundamentais para o desenvolvimento e a renovação nacional. (p. 39).

Frente a este ambiente ideológico marcado pelo higienismo, médicos e higienistas, tocados pelo problema da infância e ancorados numa narrativa que mesclava concepções entre o capital humano e o progresso social, assumiram a responsabilidade de promover uma assistência direcionada à saúde de mães e filhos, bem como reduzir a indiferença com relação a mortalidade infantil. (Freire e Leony, 2011)

No que concerne a atuação desses médicos-filantropos, Marcilio (2006) destaca que um novo padrão de assistência pôde ser implementado a partir da combinação de intervenção

pública, filantropia e ciência, modelo da rede de cuidado materno-infantil e das políticas públicas de assistência desenvolvidas a partir da década de 30.

Criticando veementemente as condições sanitárias das instituições caritativas tradicionais, com ênfase especial à Roda, estes médicos não só condenaram a prática do aleitamento mercenário, tido como o maior responsável pela mortalidade de crianças asiladas, como também defendiam a associação entre higiene e filantropia na construção de novas instituições de assistência que operariam através da ciência e sob a orientação e controle do Estado. (Freire E Leony, 2011).

Dentre estes médicos-filantropos, destacou-se o Dr. Arthur Moncorvo Filho (1871-1944), idealizador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro e um dos responsáveis pela implantação nacional de políticas públicas voltadas para a infância no Brasil. (Wadsworth, 1999).

Tido como um dos responsáveis pela implantação nacional, em 1924, do Dia da criança (12 de outubro), Moncorvo fez do movimento de assistência à infância uma cruzada pessoal com metas consideradas ambiciosas para a época. Como exposto:

Ele preconizava uma organização que deveria inspecionar e regular as amas de leite, estudar as condições de vida das crianças pobres, providenciar proteção contra o abuso e a negligência para com menores, inspecionar as escolas, fiscalizar o trabalho feminino e de menores nas indústrias. Seus outros objetivos eram: campanha de vacinação, disseminação de conhecimentos sobre doenças infantis, como a tuberculose; criação de institutos orientados para a assistência da criança, fundação de um hospital para menores carentes, manutenção do Dispensário Moncorvo e a criação de outras instituições semelhantes, além do estabelecimento de cooperação com os governos federal, estadual e municipal, visando a proteção dos jovens e apoio a todo tipo de iniciativa que pudesse maximizar a proteção à infância. (Wadsworth, 1999, p 106)

Contribuindo para esta discussão, Tonelli (2007) ressalta que subjacente a esse processo, cujo aperfeiçoamento ocorreu a partir do Código de 1927, a infância só passou a gozar de certo reconhecimento legal após a abolição da escravatura. “Em uma sociedade onde se intensificava a competição, a prosperidade do país passaria também pela legislação menorista”. (p.1078).

Sendo também denominado como Código Mello Matos, em referência ao seu idealizador, o deputado José Candido de Mello Mattos, a referida legislação objetivou definir como elementos essenciais:

[...] a extinção do discernimento como base de julgamento, a regulamentação do trabalho do menor, a modificação do pátrio poder, a primazia do Estado como instância legítima na proteção e guarda da infância, a preponderância do juiz de menores como

autoridade competente e autorizada; a extinção da prisão e sua substituição por institutos disciplinares educativos e a concessão da liberdade vigiada. (Câmara, 2007, p. 270)

Ainda sobre esta questão, Kaminski (2012) pontua que o Código de Menores consistiu numa legislação fortemente elitista e punitiva, tendo em vista a forma como definia os seus destinatários, principalmente no trecho presente em seu artigo 26: “Não qualquer criança de 0 a 18 anos, mas somente aquelas consideradas expostas, (menores de 7 anos) abandonadas, (menores de 18 anos) vadios, mendigos, e os libertinos”. (Brasil, 1927).

Se aos expostos e abandonados o Estado ofertava algum tipo de assistência através do internamento com vistas à educação, integração e correção, a vadiagem permaneceu sendo duramente reprimida e as punições para os adolescentes identificados nesse contexto variavam entre o internamento e o trabalho.

Aos menores seria necessária uma correção moral que incutisse os valores do trabalho e a política adotada foi a do internamento, em que eram atendidos com base na pedagogia do trabalho cujo objetivo seria o de introduzir-lhes novos valores, mas tendo como finalidade última a formação de uma mão de obra farta e barata para impulsionar a economia do país. (Kaminski,2012, p.88)

Segundo Longo (2010), a história revela que tal legislação estava prevista exclusivamente para os filhos provenientes das famílias pobres que se encontrassem nas situações descritas pelo Código, não existindo qualquer referência ao emprego de ações de combate à pobreza como forma preventiva à criminalidade.

No caso do aumento da criminalidade infanto-juvenil não bastou à elite forjar o estigma da pobreza ser inerente à acomodação e fraqueza dos pobres, não bastou forjar a categoria de menor abandonado e delinquente para os filhos da classe trabalhadora, não bastou o binômio pobreza e marginalidade, foi necessário aprofundar o abismo das desigualdades sociais para que não houvesse ameaça de equiparação do status de pessoa humana entre os indivíduos das diferentes classes sociais e, portanto, além da pobreza e da marginalidade, era preciso aumentar a perseguição destes pobres que seriam perigosos. (p. 05).

Com o advento da década de 1960 e o crescimento das críticas a uma legislação que ao empregar uma metodologia correcional e repressiva mostrava-se ineficaz para lidar com as necessidades de crianças e adolescentes pobres do Brasil, iniciou-se um processo de discussão e reordenamento da política de atendimento infantojuvenil.

Segundo Saraiva (2010), tal movimento possibilitou o surgimento de espaços como a criação da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor - FUNABEM e as Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor – FEBEM, que embora tivessem o intuito inicial de mudar a imagem

violenta associada ao Sistema de Atendimento ao Menor (SAM) vigente, permaneceram com seus vícios e estruturas.

Apenas em 1979, com a reformulação do Código de Menores, que direitos básicos, até então inexistentes, começaram a ser enunciados. Para segundo (2003), ao basear-se na Declaração Universal dos Direitos da Criança da ONU de 1959, tal legislação direcionava-se não mais aos menores, mas a crianças e adolescentes que teriam direitos previstos na referida declaração, tais como: saúde, alimentação, educação e habitação.

Trazendo contribuições para essa questão, Kaminski (2012) destaca duas inovações com relação ao Código de 1927: a primeira concernia a classificação, que ao propor a alteração de menor para crianças e adolescentes trouxe implícita a visão de sujeito, e a segunda referia-se ao reconhecimento de direitos, que além de retirar das famílias o peso e a culpa sobre o contexto em que suas crianças se encontravam, trouxe à tona a discussão sobre responsabilidade do Estado e da sociedade.

Cabe destacar que, embora o Código de 1979 arraigasse algumas inovações, sua primeira versão passou por uma série de modificações quando analisada pelo Senado que, sob a justificativa de que a enunciação de direitos interferiria na competência de determinados ministérios, decidiu manter o termo **menor** em detrimento de **criança e adolescente**, o qual seria mais abrangente e iria de encontro à Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959. (Segundo, 2003).

Perdurando na legislação brasileira até a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em 1990, esta concepção de infância e adolescência preconizada pelo Código de menores ainda possui inúmeros resquícios na contemporaneidade.

2.ADVENTO DO ECA E PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL

Inaugurando a doutrina da proteção integral de crianças e adolescentes no ano de 1988 e reconhecendo-os como sujeitos de direitos em desenvolvimento, a Constituição Federal prevê em seu artigo 227, pilar para a elaboração da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. *(CF/88, ART. 227 – REDAÇÃO DADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 65, DE 2010).*

Assim, ao reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direito cuja prioridade é absoluta, tanto a Constituição Federal quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente deram um importantíssimo passo rumo à proteção e ao cuidado adequado à infância e juventude no Brasil. Entretanto, apesar dos avanços presentes na legislação, crianças e adolescentes brasileiros permanecem diuturnamente tendo seus direitos mais básicos flagrantemente violados por aqueles que possuem o dever legal e moral de garanti-los.

Diante das mais diversas violações de direitos e da impossibilidade em permanecerem com suas famílias de origem, o acolhimento institucional emerge como medida de proteção, (de caráter provisório e excepcional), que possibilita, em tese, a proteção integral de crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade.

Sendo utilizada quando não há possibilidade de permanência da criança ou adolescente em sua família de origem, o acolhimento institucional tem sido designado, pelo Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) “como os programas de abrigo em entidade, definidos no art. 90, inciso IV do ECA, como aqueles que atendem crianças e adolescentes que se encontram sob medida protetiva de abrigo, aplicadas nas situações dispostas no art. 98” (Brasil, 2006, p. 40)

Ademais, o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) enfatiza que:

Todas as entidades que desenvolvem programas de abrigo devem prestar plena assistência à criança e ao adolescente, ofertando-lhes acolhida, cuidado e espaço para socialização e desenvolvimento. Destaca-se que, de acordo com o Art. 92 do ECA,

devem adotar os seguintes princípios: I - preservação dos vínculos familiares; II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; III - atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; V - não desmembramento de grupos de irmãos; VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; (Brasil, 2006, p. 40)

De acordo com Silva e Arpini (2013), ao centralizar a atenção na família, o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária reforçou a busca pela proteção integral de crianças e adolescentes. “Este Plano busca fortalecer a família para que esta seja auxiliada e assim possa manter um cuidado continuado em relação aos seus filhos”. (p.126)

Dando continuidade às ações voltadas para a infância e juventude no Brasil, a Lei Federal 12.010 de 3 de agosto de 2009, conhecida como Nova Lei da Adoção, enfatizou a importância da convivência familiar e comunitária através de três importantes incisos:

§1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017). **§ 2º** A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017) **3º** A manutenção ou a reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em serviços e programas de proteção, apoio e promoção, nos termos do § 1º do art. 23, dos incisos I e IV do caput do art. 101 e dos incisos I a IV do caput do art. 129 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

Cabe ressaltar que apesar dos avanços trazidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei 12.010/2009, não são raros os casos em que o período de acolhimento de crianças e adolescentes com deficiência, grupos de irmãos e adolescentes não são breves e excepcionais. Sobre essa questão, o Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento (ASSIS; FARIAS, 2013) constatou que além da idade interferir diretamente no tempo de permanência, crianças e adolescentes de cor preta permanecem em média 27 meses acolhidos, enquanto os que apresentam algum tipo de deficiência 40 meses.

Segundo o relatório diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), elaborado e divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com base no período compreendido entre outubro de 2019 e maio de 2020, havia 34.157 crianças/adolescentes vivendo em uma das 3.259 instituições de acolhimento existentes no país. Destas,

aproximadamente 50,8% eram do sexo masculino e 49,2% do sexo feminino, tendo ingressado nas instituições de acolhimento com idade média de 8 anos e 7 meses. Sendo, em sua grande maioria da cor parda (48,8%), cerca de 8,6%, (2.925), possuíam algum problema de saúde.

Ainda sobre este fato, o relatório apontou que no universo de crianças e adolescentes inseridas nas instituições de acolhimento que apresentavam algum problema de saúde, 13,8% apresentavam comprometimentos físicos e 35,2 % deficiências intelectuais. Frente a estes dados, nota-se que, ao serem inseridas em instituições de acolhimento institucional, parcela significativa de crianças e adolescentes lidam, além de todo o sofrimento vivenciado fora e dentro da instituição, com a incerteza a respeito do período de tempo em que permanecerão afastados das suas famílias.

Ciente desta realidade e dos prejuízos acarretados pelo processo de acolhimento, principalmente para os que permanecem longos períodos acolhidos, a Lei 12.010/2009 previu a criação de um Plano Individual de Acolhimento (PIA) a ser desenvolvido pelas equipes, (geralmente compostas por psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e advogados) das instituições de acolhimento. Como exposto:

Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar elaborará um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário de autoridade judiciária competente, caso em que também deverá contemplar sua colocação em família substituta, observados as regras e os princípios desta Lei (LEI N. 12.010/2009, ART. 2º, ALTERANDO O PARÁGRAFO §4º DO ARTIGO 101 DA LEI N. 8.069/1990 - ECA).

Constituindo-se numa estratégia capaz de possibilitar a individualização do acolhimento, tendo em vista a coletividade característica das instituições de acolhimento no Brasil, o Plano Individual de Acolhimento contribui para tornar a criança e adolescente, em tese, participe do seu processo, verdadeiros protagonistas das suas histórias.

Corroborando com este posicionamento, Silva e Arpini (2013, p.433), destacam que o PIA “abre espaço para a compreensão do componente subjetivo e do reconhecimento da singularidade presente em cada situação”. Para as referidas autoras, merece destaque também, a importância da escuta e participação dos pais ou responsáveis durante o processo de acolhimento e na elaboração das ações a serem realizadas.

Opondo-se ao imaginário proveniente do senso comum de que as casas de acolhimento são espaços destinados para crianças e adolescentes órfãos, o Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento (ASSIS; FARIAS, 2013) mostrou que 86,7% dos acolhidos possuem família e que 58,2% mantinham-se vinculados as mesmas.

Ainda sobre estas informações, o referido levantamento ressaltou que estas crianças e adolescentes vivenciam a paradoxal situação de permanecerem juridicamente vinculadas às famílias que na prática não exercem nenhum tipo de cuidado ou responsabilidade sobre as mesmas, principalmente por razões relacionadas à pobreza.

Destarte, diante de uma série de legislações, que apesar dos avanços trazidos não têm sido capazes de serem verdadeiramente aplicadas numa nação marcada por séculos de desigualdades sociais, infere-se a urgente necessidade em trazer para o debate público a situação das crianças e adolescentes que encontram-se acolhidos no Brasil.

2.1 Um breve retrato das instituições de acolhimento voltadas para crianças e adolescentes

Com o advento da Lei Federal 12010/2009, conhecida como Nova Lei de Adoção, a expressão abrigo em entidade deu espaço para um novo termo, o de acolhimento institucional, uma das medidas de proteção presentes na Lei Federal nº 8069/1990, popularmente conhecida como ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), e aplicáveis às crianças e adolescentes que encontram-se com seus direitos seriamente violados.

Constituindo-se em medida de proteção provisória e de caráter excepcional, apenas utilizada quando não há possibilidade de permanência da criança ou adolescente em sua família de origem, os acolhimentos prolongados e a superlotação dos espaços destinados para esta finalidade não são incomuns, caso das instituições de acolhimento estaduais situadas no Estado de Pernambuco.

Evidenciando essa questão, Fonseca (2019), durante matéria divulgada no Portal de Notícias G1 Pernambuco, datada em 05 novembro de 2019, expôs que de acordo com o Ministério Público do Estado de Pernambuco - MPPE, duas das quatro casas de acolhimento de crianças e adolescentes administradas pelo Governo do Estado estavam superlotadas.

É importante pontuar que segundo a Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1 de 18 de junho de 2009, responsável por aprovar o documento as “Orientações Técnicas: Serviços de

Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, o número máximo de acolhidos por serviço de acolhimento não deve exceder vinte crianças e adolescentes.

Ainda sobre esta questão, percebe-se que além de toda a vivência de abusos físicos, sexuais e abandono que foram vivenciadas em um período anterior ao acolhimento, não são raros os casos de abusos físicos e sexuais ocorridos e praticados dentro das instituições de acolhimento pelos próprios acolhidos, principalmente em espaços que excedem a capacidade do atendimento. Corroborando com essas informações, Maia (2013) ressalta que:

Em diferentes locais de acolhimento nas distintas regiões brasileiras, há notícias de casos de violência sexual envolvendo os próprios adolescentes e crianças institucionalizados, bem como por pessoas que deveriam ser responsáveis por assegurar suas integridades. Não bastassem os casos de abuso sexual, muitas crianças e adolescentes sofrem nas unidades de acolhimento o constrangimento por se apresentarem com comportamentos incompatíveis com aqueles que são esperados. (p.3)

Frente a este cenário de superlotação, a atenção a saúde mental de cada acolhido e a consideração pela singularidade das suas histórias tornam-se cada vez mais precárias. Segundo Ribeiro (2018), embora haja crianças e adolescentes acolhidos que não necessitem de psicoterapia, a atenção para identificar e buscar o encaminhamento nos casos em que se verifique tal demanda é imprescindível.

Para a criança ou adolescente que esteve ou está acolhido acessar a própria história de vida pode ser uma experiência difícil e dolorosa, seja pela ausência de informações ou falta de contato com aqueles que poderiam contá-la e também pelo sofrimento que essas lembranças implicam. Assim, a psicoterapia se configura como lugar adequado e continente para apoiar o contato das crianças e dos adolescentes com a própria história, incluindo lacunas, fantasias e sentimentos associados a ela. (p.22).

Inseridos em espaços voltados exclusivamente para o coletivo, onde o reconhecimento das singularidades e necessidades mais básicas são gradativamente desconsiderados, estas crianças e adolescentes acabam, muitas vezes, sendo silenciadas em seus sofrimentos e conduzidas para um contexto de completa invisibilidade social.

De acordo com Queiroz (2015), ao reconhecer os impactos da institucionalização no processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes, constata-se a urgente necessidade da criação de espaços que possam de fato acolher. Nesta mesma direção, Barcelos (2014), ressalta que ao transitar por campos de desamparo, medo e desesperança, o indivíduo necessita de um ambiente que propicie cuidado, acolhimento e escuta.

Recorrendo ao trabalho desenvolvido por Donald Winnicott a respeito dessas questões, observamos que “O ambiente caótico significa, para a criança, imprevisibilidade. [...] O

ambiente frustrador produz confusão mental, e a criança poderá desenvolver-se permanentemente confusa, nunca organizada, no sentido de orientação” (Winnicott, 2005, p. 254).

Assim, afastados temporário ou permanentemente dos familiares de origem e excluídos da teia que compõe as relações humanas, inúmeros acolhidos vivenciam não apenas a experiência da solidão, como também o esfacelamento da própria identidade em espaços que continuamente violam os seus direitos estabelecidos pelo ECA e pela Constituição Federal.

Ao debruçar-se sobre a questão da solidão e buscar diferenciá-la do isolamento, Arendt (2014) ressalta que enquanto o isolamento refere-se apenas ao terreno político da vida, a solidão consiste na experiência de não pertencimento ao mundo, uma das mais sofríveis e desesperadas experiências que o humano pode vivenciar. Para a referida autora:

O que torna a solidão tão insuportável é a perda do próprio eu, que pode realizar-se quando está a sós, mas cuja identidade só é confirmada pela companhia confiante e fidedigna dos meus iguais. Nessa situação, o homem perde a confiança em si mesmo como parceiro dos próprios pensamentos, e perde aquela confiança elementar no mundo que é necessária para que se possam ter quaisquer experiências. O eu e o mundo, a capacidade de pensar e de sentir, perdem-se ao mesmo tempo. (p.637).

Diante da gravidade desta situação e da noção de que o ambiente do acolhimento pode acarretar intenso sofrimento, percebe-se que ao falharem na oferta da proteção integral e desconsiderarem os impactos trazidos pela experiência do acolhimento na construção das subjetividades das crianças e adolescentes, as famílias, as instituições de acolhimento, o Judiciário e a sociedade interferem significativamente no modo como os mesmos se reconhecem e interagem com o mundo.

Tomando o conceito de subjetividade pela ótica de Guattari e Rolnik (1986), observa-se que, sendo um processo coletivo e político, a subjetividade é atravessada por inúmeros condutores heterogêneos que transcendem a instância psicológica. “A subjetividade não é passível de totalização ou de centralização do indivíduo. A subjetividade é fabricada e modelada no registro social” (Guattari; Rolnik, 1986, p. 31).

Por este viés, a subjetividade é produzida não apenas por fatores biológicos, psíquicos e políticos, como também por intermédio do Estado e do modelo capitalista vigente. “A ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se fala, etc.” (Guattari; Rolnik, 1986, p. 42).

Interferindo significativamente nas relações interpessoais e na construção das subjetividades, o sistema capitalista acaba por segregar ainda mais os que devido à condição de vulnerabilidade em que se encontram, caso das crianças e adolescentes acolhidos em instituições estaduais, são incapazes de se adequarem ao que é socialmente exigido.

Ademais, a ausência de espaços de fala para crianças e adolescentes que encontram-se em situação de acolhimento acaba por fortalecer não apenas o estigma, que é estrutural deste processo, como também não reconhecê-los como sujeitos dotados de direitos e voz ativa, conforme preconizado pelo Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.

A palavra “sujeito” traduz a concepção da criança e do adolescente como indivíduos autônomos e íntegros, dotados de personalidade e vontade próprias que, na sua relação com o adulto, não podem ser tratados como seres passivos, subalternos ou meros “objetos”, devendo participar das decisões que lhe digam respeito, sendo ouvidos e considerados em conformidade com suas capacidades e grau de desenvolvimento (Brasil, 2006: 26).

Por esta razão, repensar os modos de funcionamento das instituições de acolhimento e propor estratégias de intervenção que possibilitem dar visibilidade aos acolhidos, bem como oportunidade para que suas vozes suprimidas sejam ouvidas é algo imprescindível para o profissional da psicologia que atua nestes espaços.

2.2 O profissional de psicologia inserido nos espaços voltados para o acolhimento institucional de crianças/ adolescentes

Atuar junto às instituições dedicadas ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes constitui-se, para o profissional da psicologia inserido nestes espaços, num imenso desafio. Sendo ambientes que arraigam consigo inúmeras dificuldades e particularidades, as casas de acolhimento colocam este profissional, continuamente, diante de uma série de situações difíceis de prever e lidar.

Superlotação, ausência de materiais básicos para o trabalho, distância do local de origem dos acolhidos, inadequação dos espaços para atendimento e desconhecimento com relação ao trabalho desenvolvido em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes são apenas alguns dos problemas vivenciados durante a sua práxis.

Segundo Ribeiro (2018), ao ocupar-se das questões institucionais e psicossociais referentes a todos os acolhidos, o psicólogo integrante da equipe técnica, ao contrário do

imaginado por quem desconhece o SUAS, não realiza atendimentos psicoterápicos, tendo em vista que o serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, SAICA, consiste num serviço da assistência social e não do serviço de saúde. Para esta autora “É importante que a equipe tenha clareza do papel de cada técnico do SAICA e dos demais agentes da rede de parcerias; e, possa, quando necessário, alinhar isso com a direção da instituição”. (p.48)

Ao refletirem sobre essas questões, Sasson e Pereira (2017), ressaltam que pensar na inserção da psicologia nesse contexto de atuação, comprometida política e socialmente, implica não só deparar-se com situações desafiadoras que exigirão dos profissionais reflexão, problematização e discussão, como também a consideração da construção histórica de uma psicologia que por muitas vezes foi empregada para legitimar desigualdades sociais através da segregação entre o considerado normal e o anormal.

De acordo com Furlan e Lima (2021), apesar da temática institucionalização de crianças/adolescentes não encontrar-se presente nas disciplinas obrigatórias das graduações em psicologia e, quando, presentes, surgirem apenas nos estágios do último ano, (instante em que o discente necessita cumprir suas atividades práticas de estágio obrigatório), vários são os profissionais da psicologia que têm se inserido em espaços voltados para o acolhimento de crianças/adolescentes.

Como aponta a pesquisa de nível nacional, realizada pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), sobre as modalidades de inserção dos profissionais de psicologia, o setor público é o que apresenta a maior concentração, com 40% da amostra, e 25% estão no terceiro setor. Isso revela que um número representativo de profissionais da psicologia está atuando no âmbito das políticas públicas, o que exige atenção à formação política do psicólogo, uma vez que, se a atuação no campo da política é esvaziada do político, as práticas psicológicas nesse contexto tomam caráter estritamente pragmático, objetivista e tecnocrático, e o axioma das práticas enquanto práxis possível se circunscreve como significante atópico – práticas cujo significante não tem lugar. (Furlan, Lima, 2021, p.241).

Sendo cada vez mais requisitado na Política de Assistência Social, o (a) psicólogo (a) é imprescindível para pensar em um atendimento psicossocial que possibilite que crianças e adolescentes possam não só sentirem-se acolhidos e protegidos, como também possam ressignificar suas histórias e vivências. (Moreira, Paiva, 2015).

Compondo a equipe técnica da instituição de acolhimento institucional e incumbido de realizar um trabalho interdisciplinar com vistas a reintegração, sempre que possível, da criança/adolescente acolhido ao seio familiar e à sua comunidade de origem, o (a) psicólogo (a)

atuante nos espaços de acolhimento institucional necessita colocar-se numa posição de mediador na interlocução da criança e adolescente com a família, a instituição de acolhimento e o Poder Judiciário. (Bento, 2010).

Inserido num espaço de dificuldade ímpar em que há muito a ser refletido e melhorado, principalmente numa nação onde as violações de direitos de crianças/adolescentes ainda são frequentes e espaços destinados ao acolhimento não acolhem de fato, o profissional da psicologia é de fundamental importância durante todo o processo de acolhimento e na garantia dos direitos básicos daqueles que encontram-se acolhidos.

Segundo Furlan e Lima (2021), a questão concernente ao acolhimento de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional atravessa distintas frentes de atuação da psicologia:

Dos profissionais que compõem a própria equipe das instituições e programas de acolhimento, daqueles que estão na rede de assistência social, na rede de saúde, na rede de educação, no judiciário, e inclusive na clínica - uma vez que nestes últimos também se realizam atendimentos a essas crianças e esses adolescentes, bem como emitem relatórios com fins de colaborar nos processos e encaminhamentos acerca de suas vidas. (p.241).

Contribuindo para esse debate, Jacinto e Dazanni (2020), destacam que devido à amplitude da temática concernente ao acolhimento de crianças/adolescentes no Brasil, uma série de estudos no campo da psicologia têm sido realizados em âmbito nacional, objetivando problematizar e promover reflexões a respeito do processo de acolhimento de crianças/adolescentes e seus impactos psicológicos e sociais.

Ademais, os referidos autores identificaram, através da revisão sistemática de literatura a respeito do processo de acolhimento institucional e da desinstitucionalização durante o período compreendido entre 2003 e 2019, (época em que as políticas de proteção à infância e juventude passaram por distintas configurações), que o interesse pelo processo de desinstitucionalização tem sido alvo dos pesquisadores devido à concepção de que o acolhimento deve ser uma medida de proteção provisória e excepcional.

É importante destacar que, após ser acolhida junto a uma instituição de acolhimento, a saída da criança/adolescente do referido espaço ocorrerá através do regresso à família de origem, por intermédio da adoção, (nas ocasiões em que forem esgotadas todas as possibilidades de retorno ao seio familiar), e da desinstitucionalização em virtude da maioridade.

Quanto a atuação do profissional da psicologia, Silva et. al (2015), destacam que a interlocução de saberes, técnicas e olhares multiprofissionais e interdisciplinares são imprescindíveis para a elaboração de intervenções que compreendam todas as peculiaridades presentes nos espaços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

Para Filho (1997, p.17), a troca entre profissionais com distintos saberes, por intermédio da interdisciplinaridade, gera uma expectativa de que as relações tendam “à convergência com reciprocidade, mútuo enriquecimento, fecundação e aprendizagens conjuntas, definidos pela temática e pela axiomática dos campos disciplinares”.

Ainda sobre este fato, Silva et. al (2015) pontuam que embora o trabalho interdisciplinar seja de suma importância para o profissional da psicologia que atua junto às instituições de acolhimento, não são raros os momentos em que há dificuldades de relacionamento com outros profissionais da instituição. Como apontado:

Além de questões pessoais que podem dificultar o trabalho, os desafios se referem à falta de clareza acerca de atribuições, contribuições e limites de cada membro da equipe. Todavia, é especialmente nesse contexto, que se aponta a necessidade de tal competência profissional e do desenvolvimento interdisciplinar. Pois, permitir a troca de diferentes saberes e práticas no acolhimento institucional possibilita a amplitude de um olhar integrador sobre os processos psicossociais e desenvolvimentais da criança e do adolescente. Por conseguinte, otimiza-se o trabalho prestado aos acolhidos e, numa esfera mais abrangente, a comunidade e o entorno social. (p.61)

Lidando com acolhidos que foram afastados da família e que, em muitas ocasiões, não reconhecem a casa de acolhimento como um ambiente confiável, especialmente nos casos em que há longa permanência, o profissional da psicologia depara-se com crianças e adolescentes que sofrem diante da insegurança e do desamparo, condições que exigem uma série de cuidados. (Ribeiro, 2018).

Assim, frente ao reconhecimento da imprescindibilidade da atuação da psicologia nestas questões, percebe-se que a discussão a respeito do acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil necessita ser cada vez mais amadurecida, tendo em vista a necessidade da implementação de práticas que minimizem o sofrimento acarretado por esse processo e proponham ações transformadoras.

3 METODOLOGIA

Frente ao dinamismo e abertura que possibilitam a tomada de distintos rumos em função das demandas com as quais se depara, a pesquisa-ação foi a metodologia empregada, durante o trabalho realizado junto a equipe técnica de uma instituição de acolhimento situada no Agreste de Pernambuco, por possibilitar o envolvimento direto dos representantes da referida instituição em todas as etapas desse processo, com suas necessidades, anseios, valores e saberes.

Através da interação contínua com os profissionais que compõem a referida instituição, foi possível não apenas identificar as principais problemáticas vivenciadas no espaço do acolhimento, como também pensar em ações voltadas para as temáticas apontadas como potencializadoras de sofrimento acarretado pelo processo de acolhimento.

3.1 A pesquisa-ação

Diante do dinamismo e complexidade característicos das relações humanas, a procura por Metodologias de caráter participativo que possibilitem aos sujeitos envolvidos na problemática investigada serem participes de todo o processo de elaboração da pesquisa têm sido cada vez mais frequentes. (Tripp, 2005).

Obtendo relevância mundial a partir do ano de 1977, ocasião em que foi realizado o Primeiro Simpósio Mundial sobre Pesquisa Participante na Colômbia, as Metodologias de caráter participativo têm possibilitado aos sujeitos da pesquisa não apenas a participação ativa no processo da tomada de decisões, como também serem envolvidos em um processo de reflexão, análise da realidade, produção de conhecimentos e enfrentamento dos problemas. (Toledo e Jacobi, 2013).

Segundo Toledo *et.al* (2014), dentre as diversas metodologias participativas, a pesquisa-ação tem adquirido importante destaque devido ao seu caráter participativo e reflexivo que possibilita a construção de um processo em que os dilemas socioambientais e de saúde são enfrentados com vistas a tomadas de decisões compartilhadas.

Opondo-se à investigação tradicional da ciência onde a construção do conhecimento ocorre a partir do emprego de métodos intensamente testados e comprovados, Tripp (2005) destaca que a “pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar à ação que se decide tomar para melhorar a prática” (p. 447).

É importante pontuar que, embora não haja uma unanimidade quanto ao idealizador da pesquisa-ação, o nome do psicólogo alemão Kurt Lewin (1890-1947), pesquisador que conduziu uma série de trabalhos com enfoque nas questões sociais na década de 1940, tem sido continuamente citado como principal representante deste tipo de metodologia. (Toledo, 2014).

Corroborando com essa questão, Barbier (1985) destaca que, semelhante a sociologia americana que investigou os problemas sociais nas zonas urbanas num período posterior a primeira grande guerra, a pesquisa-ação desenvolveu-se a partir das problemáticas vivenciadas pelos judeus na Segunda Guerra Mundial. Assim, profundamente marcado por um dos períodos mais trágicos da história da humanidade, Lewin buscou, por meio da pesquisa-ação, fortalecer as relações sociais entre os grupos minoritários pelo viés da comunicação e da cooperação entre os pares. (Franco, 2005).

Ao debruçar-se sobre o trabalho de Lewin e o impacto acarretado no campo da pesquisa, Melo et.al (2016) destacam que:

Ao propor a pesquisa-ação, Lewin ousou não apenas estudar o problema in loco, mas participar do problema. Conviver com a dor dos sujeitos para compreender clinicamente o seu problema. Observar, descrever, analisar e devolver a escuta na busca do conhecimento. Propôs que os objetos da pesquisa se transformassem em sujeitos e, assim, usufríssem diretamente da produção do saber. Resolvendo seus próprios problemas para aprender a pesquisar, para aprender a se apropriar de sua realidade. A comunidade se torna, assim, o próprio pesquisador em ação mediado pelo proponente inicial da pesquisa. (p.154)

Tendo seu campo de aplicação marcado pela diversificação e ampliação das áreas, a pesquisa-ação tem por finalidade possibilitar aos sujeitos da pesquisa, participantes e pesquisadores, as ferramentas necessárias para responder eficientemente às problemáticas vivenciadas através de ações transformadoras. (Thiollent, 2011).

Sendo amplamente empregada por pesquisadores das ciências humanas e sociais, a pesquisa-ação apresenta um caráter clínico ao possibilitar a atuação conjunta entre pesquisador e sujeitos desde a aceitação do questionamento inicial até as consequências provenientes do estudo. (Tripp, 2005)

Contribuindo com esta questão, Melo et.al (2016) ressaltam que, devido às características de imersão dos pesquisadores no locus do estudo, duas importantes ressalvas devem ser realizadas. A primeira concerne as consequências políticas, que colocam em questão

uma série de padrões comportamentais sujeitos às alterações no decorrer do processo, e a segunda aos aspectos éticos.

Sobre este último, Tripp (2005) pontua que, concomitante a alteração do que está sendo pesquisado, a pesquisa-ação limita-se pelo contexto e pela ética que deve ser incorporada desde o início do projeto “e que nenhum pesquisador ou participante jamais empreenda uma atividade que prejudique outro participante sem que este tenha conhecimento e dê seu consentimento”. (p.456).

Como oportunamente destacado por Palavizini (2012)

Um processo de pesquisa-ação deve promover uma ampla reflexão sobre os valores e a ética das práticas definidas com os participantes durante a pesquisa. As decisões entre pesquisadores e participantes passam por um processo de consciência de suas implicações na realidade, suas contribuições às transformações sociais e seu compromisso explícito com a construção da autonomia e empoderamento social nos processos de decisão. A reflexão ética, proposta pela pesquisa-ação, visa um esclarecimento inicial entre os participantes, revelando a visão de mundo de cada pessoa, a sua ética e o mundo que ela quer transformar, com que valores, com que propósito, de que maneira, contribuindo, assim, para a construção do acordo inicial entre o pesquisador e os participantes, ponto de partida fundamental para o início dos trabalhos de pesquisa. (p.76)

Nesta perspectiva, Barbier (2002) atenta para a necessidade do pesquisador policiar-se para não assumir um papel de detentor de uma verdade absoluta e nem de alguém que solucionará os problemas dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Para este autor, cabe ao pesquisador “ajudar a coletividade a determinar todos os detalhes mais cruciais ligados ao problema, por uma tomada de consciência dos atores do problema numa ação coletiva”. (p. 54).

Fortalecendo essa discussão, Thiollent (2003) salienta que apesar de não existir um consenso entre os autores quanto a quem deveria determinar o tema da pesquisa, (populações ou pesquisador (es), faz-se necessário buscar um entendimento para essa questão, tendo em vista que tanto um tema que não interesse à população não será tratado de modo participativo, quanto um tema que não interesse ao pesquisador não receberá o empenho devido.

Compromissada em ofertar aos pesquisadores e participantes os meios necessários para torná-los capazes de responder com maior eficiência aos problemas da realidade em que encontram-se inseridos, a pesquisa-ação vem “mostrar que os envolvidos além de participarem, precisam ampliar o seu conhecimento, fortalecer o seu poder de decisão consciente e assumir o compromisso de ação para a transformação do mundo real”. (Palavizini, 2012, p.70)

3.2 População e participantes da pesquisa

A presente pesquisa foi realizada junto à equipe técnica de uma instituição de acolhimento infantojuvenil situada no agreste de Pernambuco que, por acolher crianças e adolescentes oriundos de qualquer cidade do Estado de Pernambuco, convive constantemente com os problemas acarretados pela superlotação, a ausência de condições mínimas de trabalho e exercício técnico dos profissionais.

Ademais, por ter uma abrangência estadual, a equipe técnica da referida instituição, já insuficiente para atender todas as suas atribuições, necessita realizar longas viagens para a cidade de origem dos acolhidos, fato que prejudica o trabalho de fortalecimento dos vínculos familiares e o retorno ao convívio familiar de origem.

Para iniciar a presente pesquisa foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com sete dos treze profissionais que compõem a equipe técnica da referida instituição, (duas coordenadoras, três assistentes sociais, três pedagogas, três psicólogas e dois advogados), a respeito dos desafios vivenciados em suas práxis e as possíveis intervenções que poderiam ser realizadas para minimizar o sofrimento acarretado pelo processo de acolhimento institucional junto às crianças/adolescentes acolhidos.

Na segunda etapa foram realizadas três Oficinas (ocorridas nos dias 29/12/2021, 12/01/2022 e 09/02/2022) a respeito das temáticas apontadas pelos referidos profissionais como potencializadoras de sofrimento acarretado pelo processo de acolhimento de crianças/adolescentes.

3.3 Técnicas e instrumentos da pesquisa

A entrevista utilizada neste estudo foi a semi-estruturada com questões abertas. O objetivo da entrevista foi analisar os desafios vivenciados pelos profissionais que compõem a equipe técnica de uma Instituição de Acolhimento infantojuvenil situada no Agreste de Pernambuco no desempenho das suas funções e as possíveis intervenções que poderiam ser realizadas para minimizar o sofrimento acarretado pelo processo de acolhimento institucional junto às crianças/adolescentes acolhidos.

Sobre esta modalidade de entrevista, Triviños (2008) destaca que concomitante à valorização da presença do investigador, a entrevista semi-estruturada possibilita que o entrevistado tenha a liberdade e a espontaneidade necessárias para responder às questões. Ademais, o referido autor pontua que:

Antes de iniciar a entrevista mesma, o investigador deve estar plenamente convencido da necessidade de desenvolver, no desenrolar dela, todos os elementos humanos que permitam um clima de simpatia, de confiança, de lealdade, de harmonia entre ele e o entrevistado. Isto é essencial para atingir a máxima profundidade no espírito do informante sobre o fenômeno que se estuda. (p. 148).

Seguindo por este viés, nos engajamos na criação de um ambiente de confiança e total transparência entre o entrevistador e os entrevistados para o melhor desenvolvimento do trabalho. Com a utilização das entrevistas semi-estruturada, obtivemos não só uma maior coleta de dados, como também nos aproximamos intimamente do objeto da pesquisa e dos sujeitos entrevistados.

Ainda sobre os instrumentos utilizados no decorrer da presente pesquisa, também empregamos a Oficina, um importantíssimo recurso metodológico na perspectiva psicossocial. Levando em consideração o trabalho desenvolvido por Kurt Lewin a respeito da pesquisa-ação, Afonso (2010) destaca que:

A Oficina é um trabalho estruturado com grupos, independentemente do número de encontros, sendo focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar, em um contexto social”. A elaboração que se busca na Oficina não se restringe a uma reflexão racional, mas envolve os sujeitos de maneira integral, formas de pensar, sentir e agir. (p.09)

Contribuindo para este debate, Abade e Yuska (2009), acrescentam que por caracterizar-se num trabalho em que os aspectos subjetivos e sociais que compreendem a complexidade humana encontram-se presentes, as Oficinas têm sido difundidas em diversos contextos, articuladas ou não a uma proposta de pesquisa.

Citando a proposta de trabalho desenvolvida por Kurt Lewin, Osorio (1986), salienta que os fenômenos grupais só poderiam ser devidamente analisados pelo observador que participasse da vivência grupal, tendo em vista que ao inserir-se no grupo, o observador o modifica sem, no entanto, invalidar a proposta da pesquisa.

Tendo uma dimensão ou potencialidade terapêutica, uma vez que facilita o insight e a devida elaboração a respeito das questões subjetivas, interpessoais e sociais, a Oficina como intervenção psicossocial também apresenta uma “dimensão ou potencialidade pedagógica, na

medida em que deslancha um processo de aprendizagem, a partir da reflexão sobre a experiência. Possibilita uma elaboração do conhecimento desenvolvido sobre o mundo e do sujeito”. (Afonso, 2006, p. 34).

3.4 A análise de conteúdo na presente pesquisa ação

Constituindo-se em uma das técnicas de tratamento de dados disponíveis para pesquisas qualitativas, empregaremos neste trabalho a proposta apresentada pela professora da Universidade de Paris V, Laurence Bardin (2011).

Possibilitando a organização das informações obtidas com vistas a construção de estratégias que possam minimizar o sofrimento vivenciado por crianças/adolescentes acolhidos junto a uma Instituição de Acolhimento infantojuvenil situada no Agreste de Pernambuco, a análise do conteúdo estará presente durante todo o período da pesquisa.

Considerada uma técnica refinada, a análise do conteúdo requer intensa dedicação por parte do pesquisador que deverá valer-se da intuição, imaginação e criatividade para analisar as informações obtidas. (Freitas, Cunha, & Moscarola, 1997). Para Bardin, a análise de conteúdo pode ser definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (p. 47).

Corroborando com este posicionamento, Franco (2005), ressalta que a análise do conteúdo consiste num procedimento de pesquisa que encontra-se num delineamento mais amplo da teoria da comunicação, tendo como ponto inicial a mensagem que permite ao pesquisador realizar inferências sobre os elementos presentes na comunicação.

Baseando-se na perspectiva de Bardin, Godoy (1995), expõe que a análise de conteúdo refere-se a uma técnica metodológica aplicável não apenas nos mais diversos discursos, como também a todas as formas de comunicação, independente da natureza do seu suporte. Para Minayo (2001), por possibilitar uma variada aplicação, a análise de conteúdo possui como funções a verificação das questões e o desvendamento do que encontra-se por trás dos conteúdos.

Segundo Bardin (2011), três são as fases fundamentais presentes na análise de conteúdo, **a pré-análise** (tida como fase de organização e constituindo-se como base para as demais, estabelece um esquema de trabalho preciso com procedimentos bem estabelecidos); a **exploração do material** (onde a análise é empregada com base nas diretrizes formuladas pelo pesquisador), e o **tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação** (etapa em que o pesquisador trabalhará com os resultados obtidos a fim e torná-los significativos e válidos).

Possibilitando uma visão detalhada de todo o material obtido no decorrer da pesquisa, a análise do conteúdo nos permitiu não apenas analisar os conteúdos manifestos durante as entrevistas e oficinas, como também decodificar os objetivos iniciais da pesquisa. Inicialmente, procedemos com a fase de organização dos documentos a serem analisados. Por meio da leitura flutuante, proposta por Bardin (2011), estabelecemos o primeiro contato com as informações contidas nas entrevistas semi-estruturadas com o intuito de analisá-las.

Ainda sobre as entrevistas, destacamos que elas foram lidas e analisadas e toda a sua reunião constituiu o corpus da pesquisa com base nas regras propostas por Bardin (2011). A exaustividade (onde toda a totalidade da comunicação foi esgotada sem nenhuma omissão), homogeneidade (em que os dados referiam-se ao mesmo tema), pertinência (adaptação dos documentos ao conteúdo e objetivo da pesquisa) e exclusividade (nenhum elemento foi classificado em mais de uma categoria).

Ao partirmos para a exploração do material, tida por Bardin (2011) como a segunda fase, buscou-se a organização dos dados de forma a possibilitar a melhor análise do que foi obtido durante as entrevistas semi-estruturadas e oficinas. Cabe salientar que embora a precariedade das instalações da instituição de acolhimento e a ausência de condições de trabalho tenham sido temas recorrentes, outros que não estavam presentes, caso da ausência de cuidados dos municípios com suas crianças, foram enfatizados nos encontros com a equipe técnica.

Por fim, a terceira fase do processo de análise do conteúdo, denominada tratamento dos resultados – a inferência e a interpretação, nos permitiu trabalhar com os resultados obtidos durante a pesquisa realizada a fim de torná-los significativos e válidos.

3.5 Devolução dos Dados para os participantes da pesquisa

Para os participantes da pesquisa, o retorno ocorrerá através da realização de uma reunião para divulgação dos dados obtidos e das intervenções sugeridas. Além disso, pretende-se apresentar os resultados ao juízo da Vara Regional da Infância e da Juventude de Garanhuns-PE e no encontro anual das Equipes Interprofissionais do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Constituindo-se num instrumento capaz de contribuir para a melhoria do espaço destinado ao acolhimento de crianças e adolescentes, a presente pesquisa esteve comprometida com o respeito à privacidade dos profissionais e a não divulgação de qualquer informação que levasse à identificação dos mesmos.

4 A INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO INFANTOJUVENIL SITUADA NO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Situada num imóvel alugado, a instituição de acolhimento abordada nesta pesquisa foi fundada no dia 20/07/1997. Possuindo sete quartos, quatro banheiros, uma cozinha com área anexa improvisada como refeitório, uma lavanderia e dois espaços utilizados como despensas para itens de higiene e alimentação, a casa teve seu espaço ampliado há aproximadamente dois anos, período em que houve a construção de uma sala de reunião e atendimento para Equipe Técnica, um quarto para bebês, um quarto para crianças com faixa etária entre 3 e 7 anos e dois banheiros.

Incumbida da missão de ser um espaço de acolhimento estadual, a referida instituição de acolhimento, subordinada à Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Estado de Pernambuco – GEPAC - PE, lida diuturnamente com uma série de problemas que foram devidamente apontados pelos profissionais participantes da pesquisa.

Contrariando o que preconiza a preservação e fortalecimento da convivência comunitária presente no Serviço de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no qual os serviços de acolhimento devem estar localizados em áreas residenciais, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e sócio-econômico, do contexto de origem das crianças e adolescentes, a referida instituição de acolhimento, situada no Agreste de Pernambuco¹, distancia-se do lar de muitos acolhidos.

¹ Localizando-se no centro-leste da região Nordeste do Brasil e possuindo um território de 98.938 km², o Estado de Pernambuco é constituído por 184 municípios, (acrescentando-se o arquipélago de Fernando de Noronha), os quais encontram-se distribuídos nas seguintes mesorregiões geográficas: Região Metropolitana de Recife, Zona da Mata, Agreste, Sertão e Sertão do São Francisco. (Torres e Brandão-Filho 2006).

4.1 Apresentação do projeto e primeira oficina

Levando-se em consideração o número reduzido de participantes e a imprescindibilidade de proteger suas identificações, optamos por empregar, durante a nossa escrita, o termo “Profissional da equipe técnica” nas narrativas dos referidos profissionais.

Para apresentação do presente projeto de pesquisa, ocorrida em 29/12/2021 às 9h30min, definimos a quarta-feira, dia previamente informado pela coordenação da instituição como o momento em que todos os profissionais que compõem a equipe técnica estariam presentes e necessitariam dividir a pequena sala reservada para os mesmos.

Inseridos num espaço com dimensões aproximadas de 2,00 x 3,00m, (segundo os sete profissionais presentes e composta por uma pequena mesa, dois computadores e uma impressora), destinado não apenas para elaboração dos relatórios e petições judiciais, como também para o atendimento individualizado dos acolhidos, a equipe técnica empreende um enorme esforço para desempenhar minimamente suas funções. Como apontado por uma profissional:

Nosso primeiro desafio do dia é esse, conseguir achar um lugar para se acomodar e trabalhar numa casa que está sempre superlotada. Os acolhidos precisam ser atendidos em lugares dignos e não há espaço. Todos nós dividimos essa sala e só tem ela, às vezes a gente precisa pedir para o colega sair da sala para atender ou arrumar um canto nessa casa lotada para tentar falar com a criança ou adolescente de forma individualizada. (Profissional da equipe técnica).

Sendo um ponto continuamente enfatizado pelos presentes, a ausência de condições adequadas de trabalho e a superlotação foram temas recorrentes durante este primeiro contato. De acordo com uma profissional, é praticamente impossível trabalhar num espaço tão pequeno. Ademais, outros profissionais destacaram que constantemente os atendimentos e reuniões necessitam ser interrompidas para atender os acolhidos e educadores.

Como você está presenciando, a todo instante chega um acolhido ou um educador com alguma demanda, o que faz com que a gente interrompa o que estiver fazendo para atender. É muito difícil trabalhar assim nesse barulho e sendo interrompidos a todo instante. (Profissional da equipe técnica).

Segundo um profissional, a falta de materiais básicos como pastas, folhas e canetas também consiste num empecilho para o desempenho das funções. Corroborando com esse posicionamento, outra profissional destacou não terem sido raras as ocasiões em que tiveram que

comprar materiais com o próprio dinheiro. “Tem momentos que ou fazemos uma vaquinha para comprar as coisas ou não trabalhamos”. (Profissional da equipe técnica).

Cabe destacar que devido as contínuas interrupções, para atendimento aos acolhidos e educadores sociais que a todo momento batiam à porta necessitando de algum tipo de auxílio, os profissionais tiveram dificuldades para expor a opinião ou completar o raciocínio durante os 60 minutos em que estivemos juntos.

Assim, diante deste cenário, optamos por realizar o segundo e o terceiro encontro na sala de trabalho da equipe interprofissional da Vara Regional da Infância e da Juventude de Garanhuns-PE, espaço em que poderíamos dialogar sem maiores interrupções.

4.2 Momento da segunda oficina

No decorrer da segunda oficina, realizada no dia 12/01/2022 e com duração de 1h30min, que abordou os principais pontos trazidos pelos profissionais durante as entrevistas semi-estruturadas e contou com a presença de sete integrantes da equipe técnica da referida instituição de acolhimento, uma participante destacou que o simples fato de discutir essas questões representava um sinal de esperança para uma equipe emocionalmente esgotada e ignorada pelas autoridades competentes.

Esse teu projeto representa uma luz no fim do túnel, estamos esgotados e nossa voz não é devidamente ouvida. Parece que o Sistema Socioeducativo recebe mais atenção que a gente. Me diz como é que se trabalha e cuida minimamente dos meninos nessas condições? A casa sempre está, num mínimo, com o dobro da capacidade de acolhidos e na sala que a gente trabalha sequer há cadeiras para todos, ficamos imprensados tentando fazer o que é possível. Chega bate um desespero, desgastante bater na mesma tecla e não ser ouvidos. (Profissional da equipe técnica).

Corroborando com o posicionamento trazido pela colega, outra profissional destacou que embora a Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade tenha consciência das problemáticas vivenciadas, pouco tem sido feito. “ A gente sabe que a Gerência é limitada também, eles recebem nossas solicitações, mas não conseguem nos atender. O que nos resta é sair pedindo o básico feito mendigos para as pessoas parceiras”. (Profissional da equipe técnica).

Recebendo apoio imediato dos demais, outra profissional destacou que até o berçário destinado para os bebês foi construído por um parceiro, bem como guarda-roupas instalados no espaço. “Não fosse esse parceiro não haveria nada para os bebês, até campanha do papel higiênico já fizemos e vaquinhas para comprar remédios para os meninos”. De acordo com outra

profissional, é comum não existir também a entrega de material escolar para os acolhidos, bem como material de escritório que muitas vezes é comprado pela própria equipe.

Dando continuidade às discussões, foi pontuado o fato de muitos municípios não assumirem a devida responsabilidade sobre suas crianças/adolescentes e visualizarem a instituição como espaço para encaminhá-las. “A gente sente como se alguns municípios jogassem os meninos aqui e tchau, o que complica mais ainda são meninos que deveriam estar em outros espaços, caso dos ameaçados de morte e usuários de drogas”. (Profissional da equipe técnica).

Ao recorrermos à legislação vigente a respeito da omissão de certos municípios no que concerne à devida assistência às suas crianças/adolescentes, observamos que ao adotar a doutrina da proteção integral da infância e da juventude, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que compete ao Poder Público empreender os meios necessários para a priorização dos direitos fundamentais infantojuvenis. Assim, em seu artigo 88, I, o ECA estabelece a municipalização do atendimento, de acordo com a determinação presente no artigo 227, § 7º, da Constituição Federal.

Sobre a municipalização, Maciel (2014, p.71) esclarece que:

A municipalização, seja na formulação de políticas locais, por meio do CMDCA, seja solucionando seus conflitos mais simples e resguardando diretamente os direitos fundamentais infantojuvenis, por sua própria gente, escolhida para integrar o Conselho Tutelar, seja por fim, pela rede de atendimento formada pelo Poder Público, agências sociais e ONGS, busca alcançar a eficiência e eficácia na prática da doutrina da proteção integral.

Contribuindo para este debate, Uliana (2017) ressalta que, tendo papel primordial na percepção das necessidades infantojuvenis e na aplicação da doutrina da proteção integral, a municipalização objetiva, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos Estados e da União, facilitar o atendimento dos programas assistenciais voltados para as crianças e adolescentes.

Dando continuidade aos pontos trazidos durante as entrevistas, a falta de individualidade acarretada pela superlotação e pelas péssimas condições da casa de acolhimento obteve destaque entre os profissionais presentes.

Aqui o que chega por doação é de todos e isso gera muitos conflitos, não existe um espaço em que a identidade dos acolhidos é devidamente construída, uma noção de individualidade. O que mais me preocupa são os que estão prestes a completar dezoito anos que não têm a autonomia trabalhada. (Profissional da equipe técnica).

Contrariando, nitidamente, o que preconiza o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária no que concerne ao reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direito, os profissionais descreveram o ambiente do acolhimento como um espaço que não

reconhece as singularidades dos sujeitos. “ Enquanto profissionais, nós precisamos de um espaço de cuidado, sermos ouvidos. Como criar espaços de fala para os meninos se não temos as devidas condições? ”. (Profissional da equipe técnica).

Prosseguindo com as discussões, uma profissional externou, sendo posteriormente acompanhada por seus colegas presentes, a contínua preocupação com o abandono do acolhimento por parte das crianças. “Infelizmente isso tem sido cada vez mais frequente, um perigo grande. Quando um acolhido foge a gente sai correndo atrás feito louco e tenta convencer a voltar, já que a gente não pode pegar pelo braço a força e colocar no carro”. (Profissional da equipe técnica).

Ainda sobre estes episódios, pontuaram as dificuldades para lidar com as adolescentes que abandonam o acolhimento para manter relações sexuais e voltam grávidas. “ Precisamos de ajuda do Judiciário e da Promotoria, não temos autorização para dar um método contraceptivo para as meninas que com doze, treze anos já possuem vida sexual ativa”. (Profissional da equipe técnica).

Ao trazerem estas questões, os profissionais destacaram as dificuldades que os educadores sociais, (pessoas designadas para acompanhar os acolhidos no dia-a-dia), possuem em lidar com a complexidade presente em uma instituição de acolhimento. “ Os educadores também não suportam a tensão e saem direto, muitos estão lá sem o menor perfil já que a seleção é simplificada e não tem rigor para contratação dessas pessoas que ficarão o dia inteiro com os acolhidos”. (Profissional da equipe técnica).

Configurando-se como um profissional imprescindível para as crianças/adolescentes que encontram-se acolhidos, o educador social constitui-se não apenas numa figura de cuidado, como também de referência. Como bem exposto por Avoglia, Silva e Mattos (2012, p.273):

O educador social acompanha o dia-a-dia das crianças e adolescentes. É responsável pela saúde, alimentação, higiene, apoio escolar, pelo acompanhamento em programas externos, tais como escola, atividades culturais e esportivas, além de propiciar brincadeiras que favoreçam a interação educador-criança. O tipo de relação estabelecida com os educadores desempenha papel central no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes abrigados, à medida que serão os adultos que assumirão o papel de orientá-los e protegê-los, constituindo, nesse momento, os seus modelos identificatórios.

Cabe-nos pontuar que de acordo com o estabelecido pelo Serviço de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), as instituições voltadas para o acolhimento de

crianças/adolescentes devem propiciar um ambiente similar ao de uma residência para que o impacto emocional acarretado pelo processo de acolhimento seja minimizado.

Esgotado o debate a respeito das questões trazidas pelos profissionais da equipe técnica da instituição de acolhimento, finalizamos o segundo encontro com o compromisso de trabalharmos na oficina seguinte as possíveis sugestões para as problemáticas abordadas.

4.3 Primeira parte da terceira oficina

Embora, inicialmente, o terceiro encontro, agendado para às 9h00min do dia 09/02/2022, tenha sido destinado para pensarmos em possíveis ações voltadas para as temáticas apontadas como potencializadoras de sofrimento acarretado pelo processo de acolhimento, os sete profissionais presentes trouxeram novas problemáticas para a última oficina.

Segundo uma profissional, antes de refletirmos sobre possíveis sugestões, seria necessário abordar um episódio ocorrido no dia anterior, no qual foi agredida fisicamente e ameaçada de morte por duas acolhidas (uma criança com dez anos e uma adolescente com 13 anos) que tentavam sair da instituição de acolhimento. “Tudo começou porque elas se recusaram a ir para escola e se armaram com paus e pedras. Ao tentar evitar uma agressão a um educador, acabei levando tapas, mordidas e dedadas”. (Profissional da equipe técnica).

De acordo com outra profissional, eventos como os que foram acima narrados têm sido cada vez mais frequentes, tendo em vista que a superlotação propicia que estes episódios ocorram. Ademais, a presença de crianças e adolescentes sem perfil para o acolhimento, caso dos ameaçados de morte e que possuem algum tipo de transtorno, potencializam atos de violência no espaço do acolhimento.

Eu queria entender como o Judiciário nos encaminha crianças e adolescentes sem nenhum perfil para o acolhimento. Às vezes os meninos chegam para nós por mau comportamento e outras vezes por envolvimento com drogas, o que coloca toda a casa em risco. Inclusive, já tentaram invadir a casa para pegar um adolescente envolvido com o tráfico de drogas. (Profissional da equipe técnica).

Contribuindo para essa questão, outro profissional pontuou a dificuldade em conter crianças/adolescentes em momentos de agressividade contra os funcionários e demais acolhidos. Segundo o referido, a certeza da impunidade e a falsa sensação de que tudo podem, tornam os atos de agressões ainda mais frequentes. “Alguns acolhidos sabem de todos os direitos, porém ignoram os deveres. No dia que a colega foi agredida e a polícia chegou, a

primeira coisa que as acolhidas disseram foi que a colega bateu nelas sem ter batido. É sempre assim”. (Profissional da equipe técnica).

No decorrer desta discussão, uma profissional pontuou que a recusa em ir para escola, apresentada por alguns acolhidos adolescentes, deve-se ao fato de que os mesmos não querem utilizar o material ofertado pelo Município ou Estado por considerá-los feios e diferentes dos demais colegas. “Eles nem gostam de chegar no carro do abrigo. Uma acolhida disse que era chamada pelos demais da escola, inclusive por uma secretária, como a menina do abrigo, fato que a deixava muito aborrecida”. (Profissional da equipe técnica).

Ao nos voltarmos para a literatura especializada sobre a vivência dos acolhidos no ambiente escolar, Arpini (2003) destaca que:

A escola não está isenta de influências sociais, mas é perpassada pela matriz sócio-histórica, constituída por múltiplos discursos, inclusive o que significa a criança abrigada como a que “carrega algum problema em sua ‘bagagem’” distante do “aluno ideal”. (p. 72)

Sobre o ideal de aluno, (Buffa, Teixeira e Rossete-Ferreira, 2010, p.29) ressaltam que a “criança abrigada – marginalizada e fracassada, de acordo com o discurso hegemônico – não faz parte, sendo excluída e silenciada, dificultando ainda mais a negociação desse papel de fracasso atribuído pela sociedade”. Frente a este cenário, refletir sobre possíveis ações que propiciem a inclusão e a desconstrução do preconceito diante das crianças/adolescentes acolhidos no ambiente escolar tornam-se cada vez mais urgentes e imprescindíveis em nossa sociedade.

Dando prosseguimento à oficina, uma profissional externou a preocupação em retomarmos o debate a respeito da gravidez na adolescência e o avanço das ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis). Segundo a referida, algumas adolescentes possuem o hábito de saírem da casa de acolhimento para manterem relações sexuais. “Já temos duas adolescentes que ficaram grávidas no acolhimento, o que nos preocupa demais. Infelizmente a gravidez no espaço do acolhimento não é algo raro”. (Profissional da equipe técnica).

Contribuindo com o tema trazido pela colega, outros profissionais pontuaram que devido ao contexto de vulnerabilidade e abandono no qual muitas adolescentes se encontram, a gravidez para uma acolhida representa um evento para o qual não está preparada. “Além de não saberem, na maioria das vezes, quem são os pais, essas meninas têm que assumir os cuidados de uma criança sem nenhum suporte familiar, o que as leva a abandonar a escola e não estudar mais”. (Profissional da equipe técnica).

Para autores como Yazlle (2006), a gravidez na adolescência vem sendo considerada por uma série de nações como um problema de saúde pública, tendo em vista acarretar não apenas complicações obstétricas para as mães, como também uma série de problemas de cunho econômicos e psicossociais.

Prosseguindo com os assuntos considerados essenciais para a presente oficina, uma profissional externou a preocupação sentida com a ausência do acompanhamento psicológico para crianças/adolescentes acolhidos, fato que propicia o surgimento de inúmeros conflitos e o processo de revitimização. Ademais, a referida destacou a dificuldade para agendamento de consultas com psicólogos junto à Secretaria de Saúde Municipal. “Há uma fila de espera gigante, dificilmente nós conseguimos um agendamento”. (Profissional da equipe técnica).

Dispondo do apoio dos demais, a referida destacou a importância do cuidado voltado para a saúde mental em um espaço onde os acolhidos foram e continuam sendo submetidos a uma série de violações de direitos. “Nossos acolhidos vêm de um ambiente de muito sofrimento e precisam urgentemente de psicoterapia. Por não terem esse suporte, os atos de violência ficam cada vez mais frequentes”. (Profissional da equipe técnica).

Complementando a fala da colega, uma profissional destacou que a ausência de cuidados com a saúde mental dos acolhidos aliada a falta de preparo dos educadores sociais, torna o espaço do acolhimento muitas vezes hostil. Ademais, a referida ressaltou que embora haja cursos direcionados para os educadores sociais, a adesão é praticamente inexistente. De acordo com um profissional presente, o baixo salário faz com que estes profissionais busquem outro vínculo empregatício. (Profissional da equipe técnica).

Assim como nós, a gente sabe que eles ganham muito pouco e precisam ter outro vínculo para complementar a renda, o que impede de fazer cursos de capacitação. Além disso, tem aqueles que não estão nem aí e tem o trabalho no abrigo como um extra. (Profissional da equipe técnica).

Corroborando com o que foi trazido, uma profissional salientou que a inexistência de concurso público para as funções presentes no espaço do acolhimento consiste num problema gravíssimo, tendo em vista a precariedade das relações de trabalho acarretadas pelas seleções simplificadas. “Por entender o acolhimento como algo temporário, o Estado não tem interesse em fazer concurso. Com isso, acaba entrando gente sem nenhum perfil para a função”. (Profissional da equipe técnica).

Finalizando este momento inicial e externando indignação, os integrantes da equipe reiteraram o quanto a questão salarial interfere no trabalho desenvolvido dentro da instituição de acolhimento. Segundo um profissional, além de serem submetidos a uma série de atribuições em meio a um espaço que não oferece as mínimas condições de trabalho, os baixos salários contribuem significativamente para a desmotivação e o cansaço. “Trabalhar aqui, por todas as razões trazidas, já é difícil e cansativo, imagina com um salário baixo que nos leva a buscar outros vínculos para pagar as contas”. (Profissional da equipe técnica).

Encerrada a discussão das problemáticas trazidas pelos integrantes da equipe técnica, passamos, por volta das 10h30min, a apresentar possíveis sugestões de intervenção.

4.3.1 Segunda parte da terceira oficina e momento das sugestões.

Após externarem as principais dificuldades vivenciadas no desempenho das suas funções, os profissionais passaram a dialogar a respeito das possíveis sugestões para as problemáticas que foram identificadas e conseqüentemente debatidas durante as entrevistas semi-estruturadas e as Oficinas.

Sendo um consenso entre os profissionais que participaram das entrevistas e Oficinas, a precariedade das instalações da instituição de acolhimento e a ausência de condições de trabalho receberam as primeiras sugestões de intervenção. De acordo com os presentes, uma audiência com o juiz da Vara Regional da Infância e da Juventude de Garanhuns – PE seria um passo imprescindível para o início de qualquer ação. Como exposto por uma profissional:

Esse momento aqui contigo já tem sido muito importante para a gente e se tivesse a presença do juiz da Vara seria melhor ainda. Quantas vezes a gente quer falar, expor o que vivemos e sentimos para as autoridades competentes e não conseguimos. Para nós, conversar com o Judiciário é o primeiro grande passo para enfrentar tudo isso que estamos trazendo para esse espaço. (Profissional da equipe técnica).

Possuindo, dentre uma série de competências presentes no artigo 148 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, a responsabilidade de supervisionar a instituição de acolhimento abordada durante esta pesquisa, a Vara Regional da Infância e da Juventude possui um papel central na garantia dos direitos de crianças/adolescentes acolhidos.

No que concerne ao preconceito vivenciado por crianças/adolescentes acolhidos no ambiente escolar, os profissionais sugeriram uma reunião com as Secretarias de Educação Municipal e Estadual sobre essa questão. Tendo participação essencial na implementação de

ações inclusivas, a escola emerge como um importante parceiro na implementação de ações que contribuam para a desconstrução do preconceito e aceitação da diversidade.

Dando prosseguimento às sugestões, pensou-se na possibilidade de uma parceria junto ao Serviço de Atenção Psicológica da Universidade de Pernambuco – SAP para atendimento dos acolhidos, tendo em vista a inexistência de qualquer tipo de assistência no campo da saúde mental para os mesmos. De acordo com a equipe, tal suporte ajudaria a minimizar o sofrimento acarretado pelo processo de acolhimento e atos de agressividade.

Na ocasião, os profissionais presentes propuseram também, uma reunião, sob a supervisão da Vara Regional da Infância e da Juventude e do Ministério Público de Pernambuco, com as Secretarias de saúde Municipal e Estadual, a respeito da ausência cada vez mais frequente das medicações utilizadas pelos acolhidos e da inexistência do acompanhamento psicológico.

Com relação à temática envolvendo a gravidez na adolescência, pensou-se em convidar um profissional que possua facilidade para trabalhar com os jovens essa questão, bem como assuntos relacionados às discussões de gênero e sexualidade. Embora a equipe trabalhe estes assuntos, houve o consenso de que um momento com um profissional externo poderia trazer inúmeros benefícios para os acolhidos. Como apontado por um integrante da equipe. “Alguém de fora com experiência no trato com adolescentes poderia nos ajudar muito a trabalhar essas questões”. (Profissional da equipe técnica).

Gerando uma série de repercussões psicossociais, a gravidez na adolescência não apenas prejudica o desempenho escolar das acolhidas, na grande maioria das vezes já deficitário, como impossibilita a qualificação profissional e conseqüente inserção no mercado de trabalho. Ademais, estratégias de prevenção às ISTs devem-se fazer presentes no espaço voltado para o acolhimento de adolescentes.

Diante destas questões, o nome do Professor Doutor João Ricard Pereira da Silva, docente da Universidade de Pernambuco, foi citado como um possível profissional a ser convidado. Cabe destacar que o professor Doutor João Ricard possui uma série de estudos dedicados as várias intervenções clínicas e sociais voltadas para a saúde mental e os laços familiares, as formações de sintomas sociais nas discussões de gênero, bem como as interrogações do sujeito frente a sexualidade.

Com base no que foi apresentado, notou-se que no decorrer das Oficinas, a equipe foi capaz de refletir, debater e apresentar algumas sugestões de enfrentamento para as problemáticas

evidenciadas. Permitindo-se analisar o espaço do acolhimento em toda a sua complexidade, os profissionais relataram que foram capazes de olhar para o próprio trabalho e se questionar sobre o que poderia ser melhorado dentro das suas possibilidades.

Cabe-nos pontuar que as questões trazidas pelos profissionais foram devidamente abordadas durante a realização das oficinas, cabendo ao psicólogo, pesquisador desta pesquisa, acolher as angústias externadas pelos presentes e refletir com os mesmos sobre possíveis propostas de intervenção. Em suma, pode-se perceber que a proposta da oficina acarretou uma série de contribuições para a construção de um espaço de acolhimento que de fato seja capaz de acolher e cuidar das crianças e adolescentes que tanto necessitam.

4.4 Desdobramentos da pesquisa

Objetivando expandir o debate a respeito das problemáticas existentes no processo de acolhimento de crianças/adolescentes, realizamos no dia 08/04/2022, a primeira reunião com o Juízo da Vara Regional da Infância e Juventude de Garanhuns. Contando com a presença de três integrantes da equipe técnica da instituição de acolhimento situada no Agreste de Pernambuco e do responsável pela presente pesquisa, o encontro constituiu-se num primeiro passo para futuras intervenções.

Após os profissionais ratificarem as questões trazidas no decorrer da pesquisa e externarem suas angústias, as seguintes ações foram inicialmente propostas com o intuito de minimizar os problemas vivenciados pela Instituição de Acolhimento. Como apresentado abaixo:

- 1 - Emissão de ofício circular proveniente da VRIJ de Garanhuns para todos os municípios que possuem acolhidos a respeito da importância de criarem seus espaços de acolhimento infantojuvenil.
- 2- Agendamento de reunião com as secretarias municipais e estaduais de educação sobre o preconceito vivenciado pelos acolhidos no ambiente escolar.
- 3- Agendamento da reunião com o Ministério Público de Pernambuco.

Encerrado este primeiro momento, outras ações foram sendo adotadas no decorrer do ano de 2022, dentre as quais destacam-se:

- 1 - Ofício encaminhado à Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE a respeito das problemáticas identificadas junto à casa de acolhimento.
- 2- Ofício encaminhado à Secretaria da Criança e Juventude do Estado de Pernambuco sobre os problemas apresentados pela Instituição de Acolhimento.
- 3 Ofício encaminhado à Promotoria da Infância e Juventude de Garanhuns – PE.
- 4- Inspeção realizada pelo Juiz da Vara Regional da Infância e Juventude de Garanhuns (VRIJ) nos meses de abril, julho e setembro de 2022.
- 5-Emissão de ofício circular, no dia 09/09/2022, proveniente da VRIJ de Garanhuns para todos os municípios que possuem acolhidos a respeito da importância de criarem seus espaços de acolhimento infantojuvenil, preconizado pelo ECA (art. 88, I) e pela CF (art. 227).
- 6- Sinalização, por parte do Governo do Estado, do aluguel de um imóvel capaz de acolher uma parte dos acolhidos e minimizar os efeitos da superlotação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar o processo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes brasileiros consiste num enorme desafio. A aparente invisibilidade social com a qual essa questão tem sido tratada e as contínuas violações de direitos, mesmo com uma legislação que encontra-se direcionada para a proteção desse grupo populacional tão vulnerável, nos fazem questionar se os espaços destinados à proteção de fato protegem.

Retirados, provisoriamente ou até mesmo permanentemente, das suas famílias de origem devido ao contexto de vulnerabilidade social no qual se encontravam, milhares de crianças e adolescentes brasileiros continuam sofrendo em espaços que não apenas os ignoram como sujeitos de direitos em desenvolvimento, como também os submetem a novos abusos.

Ao nos aproximarmos, através das entrevistas semi-estruturadas e principalmente das oficinas, dos integrantes da equipe técnica de uma instituição de acolhimento institucional de crianças e adolescentes situada no Agreste de Pernambuco, tivemos a oportunidade de adentrar em um universo desconhecido por muitos e que arraiga consigo inúmeras particularidades e dificuldades.

Colocando os profissionais, continuamente, diante de uma série de situações complexas, a instituição de acolhimento abordada tem sido um retrato das consequências acarretadas pela fragilidade de uma política efetiva de proteção, política esta, incapaz de ofertar o mínimo de assistência às crianças e adolescentes acolhidos.

Precariedade das instalações, péssimas condições de trabalho, superlotação, falta de matérias básicos para o trabalho, escassez de medicamentos, distância do local de origem dos acolhidos, ausência da municipalização do atendimento, gravidez na adolescência, avanços das ISTs, falta de qualificação dos educadores sociais e inexistência de acompanhamento psicológico para os acolhidos, contribuem para a construção de um espaço de acolhimento precário e muitas vezes hostil.

Lançando um olhar sobre todas essas questões e facilitando a criação de um ambiente confiável em que os profissionais puderam externar o que estavam vivenciando e as possíveis sugestões para as problemáticas que potencializam o sofrimento no espaço do acolhimento, conseguimos dar um primeiro passo para a garantia dos direitos básicos daqueles que encontram-se acolhidos.

Assim, ao constatarmos que o acolhimento institucional consiste num processo de sofrimento que pode ser intensificado pelas próprias instituições de acolhimento, teoricamente construídas e destinadas para o cuidado, percebemos a urgente necessidade da ampliação de ações que possibilitem trazer para o debate público a questão infantojuvenil, principalmente dos que necessitaram em algum momento das suas vidas serem retirados do convívio familiar.

REFERÊNCIAS

Abade, F. L.; LIMA, Y. (2009). *A oficina de intervenção psicossocial como estratégia de formação e articulação no trabalho com educadoras no contexto da pesquisa-ação*. XIII Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica, Belo Horizonte.

Afonso, M. L. (2006). *Oficinas em Dinâmica de Grupo: um método de intervenção psicossocial*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Afonso, M. L. (Org.). (2010). *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial*; São Paulo: Casa do Psicólogo.

Ana Paula Sesti, & Delvan, Josiane da Silva. (2015). *A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários*. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(1), 55-65. Recuperado em 14 de dezembro de 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100005&lng=pt&tlng=pt.

Arendt, H. (2014). *As Origens do Totalitarismo*. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras.

Arpini, D. M. (2003). *Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes*. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, 21 (3), 70-75. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000100010>.

Assis, S. G, Farias, L. O. P. (Org.). (2013) *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. São Paulo: Hucitec.

Avoglia, H. R.C, Silva, Andreia. M, Mattos, P. M. (2012). *Educador social: Imagem e relações com crianças em situação de acolhimento institucional*. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 12(1-2), 265-292.

Azambuja, M. R. F. (2002). *A adoção sob a perspectiva da doutrina da proteção integral*. In D. Zimerman & A. C. M. Coltro (Orgs). Aspectos psicológicos na prática jurídica. (pp. 302-317). Campinas: Millennium.

Barcellar, C. A. P. (1994). *Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, séculos XVIII e XIX)*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP São Paulo.

Barbier, R. (1985). *A pesquisa-ação na instituição educativa*. Rio de Janeiro: J. Zahar.

Barbier, R. (2002). *A Pesquisa-ação*. Brasília, Plano Editora.

Barcelos, T. F. (2014). *A História da menina-morta: (des)esperança de adolescentes em situação de precariedade social*. Dissertação de Mestrado, Programa de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Bento, R. (2010). *A história de vida de crianças e adolescentes como mediadora da reintegração no contexto familiar*. Dissertação de mestrado em serviço social. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/18028/1/Rilma%20Bento.pdf>

Brasil. (1990). *Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Diário Oficial da União.

Brasil. (2016). *Resolução n° 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais*. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.

Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal.

BRASIL. (2006). *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS*. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

BRASIL. (1927). *Decreto no 17.943 A de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção aos menores*. Rio de Janeiro.

Buffa, C. G., de Pauli Teixeira, S. C., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2010). *Vivências de exclusão em crianças abrigadas [Experiences of exclusion in children in institutions]*. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12(2), 17–34.

BULCÃO, Irene. (2002) *A Produção de Infâncias Desiguais*. In: Nascimento, M. L. (Org.). *Pivetes: a produção de infâncias desiguais*. Rio de Janeiro: Intertexto.

Camara, Sônia. (2017). *As damas da assistência à infância e as ações educativas, assistenciais e filantrópicas (RIO DE JANEIRO/RJ, 1906-1930)*. *História da Educação*, 21(53), 199-218. <https://doi.org/10.1590/2236-3459/66363>

Castro Santos, Luiz A. de. (1985), "*O Pensamento Sanitarista na Primeira República: Uma Ideologia de Construção da Nacionalidade*". *Dados - Revista de Ciências Sociais* ; 28(2): 193-210.

Conselho Federal de Psicologia. 2005. *Código de Ética Profissional dos Psicólogos, Resolução n.º 10/05*.

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Recuperado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf

Cruz Neto, O. *O Trabalho de Campo como Descoberta e Criação*. In: MINAYO, Maria, C. S (org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, pp. 51-66.

Dantas-Torres, F. Brandão-Filho, S. (2006). *Expansão geográfica da leishmaniose visceral no Estado de Pernambuco*. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical [online]. 39 (4), 352-356. <https://doi.org/10.1590/S0037-86822006000400007>.

Filho, N. A. *Transdisciplinariedade e saúde coletiva*. Revista Ciência e Saúde Coletiva, 2 (1-2) • 1997 • <https://doi.org/10.1590/1413-812319972101702014>

Fonseca, D. (2019, 5 de novembro). *Superlotação em casas de acolhimento de crianças e jovens é denunciada pelo MPPE*. <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/11/05/superlotacao-em-casas-de-acolhimento-de-criancas-e-jovens-e-denunciada-pelo-mppe.ghtml>

Franco, M.L.P.B. (2005). *Análise do Conteúdo*. Brasília: Liber Livro Editora.

Franco, M.A.S. (2005). *Pedagogia da pesquisa-ação*. Educação & Pesquisa, São Paulo, 31(3), 483-502. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300011>.

Freire, M. M. L., Leony, V. S. (2011). *A Caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899- 1930)*. Revista História, Ciência, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, 18 (1),199-225. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702011000500011>.

Freitas, H. M. R., Cunha, M. V. M., Jr., Moscarola, J. (1997). *Aplicação de sistemas de software para auxílio na análise de conteúdo*. Revista de Administração da USP, 32, (3), 97-109.

Furlan, V., Lima, A.F. (2021). *Cultura de institucionalização de crianças e adolescentes: Um problema para a psicologia*. Revista Psicologia Política, 21(50), 239-252. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2021000100017&lng=pt&tlng=pt.

Godoy, A. S. (1995). *Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais*. *Revista de administração de empresas*, 35(4), 65-71. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>.

Guattari, F.; Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Rio de Janeiro: Vozes,

Jacinto, P. M. dos S., & Dazzani, M. V. M. (2020). *Acolhimento institucional e desinstitucionalização: uma revisão integrativa de literatura em psicologia (Institutional sheltering and deinstitutionalization: an integrative review in psychology)*. *Emancipação*, 20,(1),15.
<https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.20.2016477.026>

Kaminski, J. (2012). *Menores e crianças: uma breve análise da história da infância e adolescência no Brasil*. *Akrópolis Umuarama*, 20, (2), 81-92, abr./jun.

Longo, I. (2010). *Da legislação menorista ao ECA: mudanças e permanências nos discursos e imaginário sobre a conduta infanto-juvenil*. Anais do Seminário Educação 2009. 17ª edição. Políticas educacionais: cenários e projetos sociais.

Maciel, K. R. F. L. A. (2014). (Coordenação). *Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 7. Ed. Rev. E atual. São Paulo: Saraiva.

Maia, A.L. (2013). *Gênero e violência em unidades de acolhimento de crianças e adolescentes: por intervenções qualificadas nas diversas expressões de conflitos*. Anais da IV Jornada Internacional de políticas Públicas: o desenvolvimento capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação.

Mailhiot, G. B. *Dinâmica e gênese dos grupos*. (1985) (6ª ed). São Paulo: Duas Cidades.

Makarowits de. (2012). *Educador social: Imagem e relações com crianças em situação de acolhimento institucional*. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 12(1-2), 265-292.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482012000100010&lng=pt&tlng=pt.

Marcilio, M. L. (2006). *A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950*. In M. C. Freitas (Org.), *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez. 6ª ed, pp. 53-79.

Marconi, M. A, Lakatos, E.M. (2009). *Metodologia do trabalho científico*. 7. ed. São Paulo: Atlas.

Melo, A. S. E, Maia F, Osterne, N, & Chaves, H. V. (2016). *Lewin e a pesquisa-ação: gênese, aplicação e finalidade*. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(1), 153-159. <https://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1162>.

Minayo, M. C. S. (2001). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes.

Moreira, T. A. S., & Paiva, I. L. de. (2015). *A atuação do psicólogo nos Serviços de Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes*. *Psicologia Em Estudo*, 20(3), 507-517. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v20i3.27288>

Motta, M. A. P. (2008). *Mães abandonadas: A entrega de um filho em adoção*. São Paulo, SP: Cortez.

Mott, M. L., Byington, M. E; ALVES, O. S. (2005). *O gesto que salva. Pérola Byington e a cruzada pró-infância*. São Paulo: Grifo.

Nascimento, Maria L. (2012). *Abrigo, Pobreza e Negligência: Percurso de Judicialização*. *Psicologia & Sociedade*. 24, (spe), 39-44. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000400007>.

Osorio, L. Carlos. (1986) (Org). *Grupoterapia hoje*. Porto Alegre: Artes médicas, 1986.

Palavizini, R. S. (2012). *Uma Abordagem Transdisciplinar à Pesquisa-Ação*. Revista Terceiro Incluído, 2(1), 67–85. <https://doi.org/10.5216/teri.v2i1.20140>.

Ribeiro, A. R. (2018). *Psicoterapia com crianças e adolescentes acolhidos*. São Paulo: Zagodoni.

Rizzini, I, Gondra, J.G. (2014). *Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899)*. Revista Brasileira de Educação, 19, (58), 561-584. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782014000800003>.

Sanglard, G, Gil, C. (2014). *Assistência à infância: filantropia e combate à mortalidade infantil no Rio de Janeiro (1889-1929)*. Revista da ABPN. 6 (14), 63-90.

Santos, A. C. R. (2011). *O acolhimento institucional de crianças e adolescentes: protege ou viola?* – Porto Alegre, 2011. 117 f. Diss. (Mestrado) – Faculdade de Serviço Social, Pós-Graduação em Serviço Social. PUCRS.

<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5144/1/000436231-Texto%2BCompleto-0.pdf>.

Saraiva, J. B. C. (2010). *Compêndio de Direito Penal Juvenil Adolescente e Ato Infracional*. 4. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Segundo, R. (2003). *Notas sobre o direito da criança*. Jus Navigandi, Teresina, 7 (61). <https://jus.com.br/artigos/3626>.

Silva, Christie Dinon Lourenço da, Denardi, Raquel Cristina, Becker, Ana Paula Sesti, & Delvan, Josiane da Silva. (2015). *A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários*. Pesquisas e Práticas Psicossociais, 10(1), 55-65. Recuperado em 14 de dezembro de 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100005&lng=pt&tlng=pt.

Queiroz, C. L. (2015). *Um olhar para o abandono: a vivência da criança e do adolescente na instituição que os acolhe*. Dissertação. Universidade federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

Silva, M. L, Arpini, D. M. (2013). *O impacto da nova Lei Nacional de Adoção no acolhimento institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas*. *Psicologia em Revista*, 19(3), 422-440. 2013. <https://dx.doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9563.2013v19n3p422>.

SILVA, M. L, ARPINI, D. M. 2013. “*A nova Lei Nacional de Adoção – Desafios para a reinserção familiar*”. *Psicologia em Estudo*, Maringá. 18 (1), 125-135,

Thiollent, M. (2011). *Metodologia da pesquisa-ação*. 18ª ed. São Paulo: Cortez.

Thiollent, M. (2003). *Metodologia da Pesquisa-ação*. 12ª ed. São Paulo: Cortez.

Tonelli, F. (2007). *O Estatuto da Criança e do Adolescente: rumo à maioria*. *Revista Da Faculdade De Direito, Universidade De São Paulo*, 102, 1077-1093. <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67786>

Torres, L. H. (2008). *A casa da Roda dos Expostos na cidade do Rio Grande*. *BIBLOS*, 20(1), 103–116. <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/724>

Toledo, R. F, Jacobi, P. R. (2013). *Pesquisa-ação e educação: compartilhando princípios na construção de conhecimentos e no fortalecimento comunitário para o enfrentamento de problemas*. *Educação & Sociedade*, 34(122), 155-173. 2013. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000100009>.

Tripp, D. (2005). *Pesquisa-ação: uma introdução metodológica*. *Educação e Pesquisa*, 31(3), 443-466. <https://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>.

Triviños, A. N.S. (2008). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

Uliana, M. L. (2017). ECA. *Princípios orientadores dos direitos da criança e do adolescente*. <https://mlu25.jusbrasil.com.br/artigos/450052432/eca-principiosorientadores-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>.

Venâncio, R.P. (1997). *Maternidade negada*. In: PRIORE, Mary del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: (p. 189). Contexto

Wadsworth, J. (1999). *Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil*. Revista 121 Brasileira de História da Infância. 19 (37), 103-124. <https://doi.org/10.1590/S0102-01881999000100006>

Winnicott, D. W. (2005). *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes.

Yazlle, M. E. H. D. *Gravidez na adolescência*. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia [online]. 2006, 28 (8), 443-445. <https://doi.org/10.1590/S0100-72032006000800001>.

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA



**UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE
MESTRADO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA
PRÁTICAS E INOVAÇÃO EM SAÚDE MENTAL – PRISMAL
O OLHAR DA SAÚDE MENTAL PARA INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO
INFANTOJUVENIL: INTERVENÇÕES EM UNIDADE DO AGRESTE DE
PERNAMBUCO**

MESTRANDO: CHARLES GOMES SOARES
ORIENTADOR: DR. JOÃO RICARD PEREIRA DA SILVA

1. COMO É TRABALHAR JUNTO A UMA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL? _____

2. QUAIS OS PRINCIPAIS DESAFIOS/DIFICULDADES ENFRENTADOS PELA EQUIPE TÉCNICA?

3. COMO É A SUA RELAÇÃO COM OS ACOLHIDOS?

4. O QUE PODERIA SER FEITO PARA MINIMIZAR O SOFRIMENTO ACARRETADO PELO PROCESSO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL?

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP NÚMERO : 5.503.261



MULTICAMPI GARANHUNS DA
UNIVERSIDADE DE
PERNAMBUCO - UPE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O OLHAR DA SAÚDE MENTAL PARA INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO INFANTOJUVENIL: INTERVENÇÕES EM UNIDADE DO AGRESTE DE

Pesquisador: CHARLES GOMES SOARES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 53393421.0.0000.0128

Instituição Proponente: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DA NOTIFICAÇÃO

Tipo de Notificação: Envio de Relatório Final

Detalhe:

Justificativa: Após a aprovação junto ao Comitê de ética, iniciamos de imediato a coleta dos

Data do Envio: 18/06/2022

Situação da Notificação: Parecer Consubstanciado Emitido

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.503.261

Apresentação da Notificação:

A presente notificação refere-se a envio de relatório final da pesquisa.

Objetivo da Notificação:

A notificação objetiva concluir a pesquisa autorizada pelo Comitê de Ética, demonstrando que ela ocorreu e que já possui resultados, em relação a análise dos dados coletados. Informa ainda que houve a alteração do cronograma, pois a pesquisa se realizou em prazo mais rápido do que o anteriormente previsto.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS: Estima-se que os riscos que envolvem sua participação são mínimos, entre eles estão os desconfortos psicológicos estimulados pelos temas abordados na entrevista semiestruturada e oficinas. Para minimizar esses riscos, serão utilizadas as seguintes medidas: Se evitará colocar

Endereço: Rua Capitão Pedro Rodrigues, São José - Térreo Sala 03

Bairro: MAGANO

CEP: 55.294-902

UF: PE

Município: GARANHUNS

Telefone: (87)98859-0493

E-mail: cep.multicampi@upe.br



MULTICAMPI GARANHUNS DA
UNIVERSIDADE DE
PERNAMBUCO - UPE



Continuação do Parecer: 5.503.261

nomes no material para que não seja possível identificar os participantes da pesquisa; você poderá interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento, se assim o desejar ou se houver incomodo, desconforto, cansaço, constrangimento ou inconveniência e ressaltam-se como medidas protetivas ao contágio pelo Coronavírus (SARS-CoV-2) que será mantido o distanciamento, uso de máscara, bem como a higienização contínua das mãos durante as entrevistas e oficinas.

BENEFÍCIOS: Espera-se que essa pesquisa possibilite a reflexão a respeito das problemáticas vivenciadas por crianças/adolescentes acolhidos junto à instituição de acolhimento infantojuvenil situada no Agreste de Pernambuco, bem como desenvolver estratégias que possibilitem minimizar o processo de revitimização e o surgimento de novos abusos. Ademais, pretende-se dar visibilidade aos acolhidos e criar estratégias que possibilitem que suas vozes, tantas vezes suprimidas pela institucionalização, sejam ouvidas.

Comentários e Considerações sobre a Notificação:

O relatório é bastante sucinto e objetivo e trata sobre a realização de uma pesquisa que teve entrevistas semiestruturadas em ambiente de acolhimento infanto-juvenil na cidade de Garanhuns, com profissionais que lidam com essas crianças e adolescentes. Apresenta algumas conclusões sobre a precariedade desse acolhimento e sobre como esse pode agravar a situação de danos sofrido pelos acolhidos. Relata a precariedade das condições de trabalho e descreve que foram realizadas três oficinas com os funcionários da instituição, mas que nem todos participaram de todas as oficinas, devido à férias ou devido a questões de saúde de alguns funcionários. O relatório se encontra devidamente preenchido.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O relatório final foi entregue em definitivo, inexistindo relatório parcial.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O relatório foi apresentado dentro do modelo exigido pela UPE, não existindo pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

De acordo com as exigências da Resolução CNS nº466 de 2012 e da Norma Operacional nº 001 de

Endereço: Rua Capitão Pedro Rodrigues, São José - Térreo Sala 03

Bairro: MAGANO

CEP: 55.294-902

UF: PE

Município: GARANHUNS

Telefone: (87)98859-0493

E-mail: cep.multicampi@upe.br



MULTICAMPI GARANHUNS DA
UNIVERSIDADE DE
PERNAMBUCO - UPE



Continuação do Parecer: 5.503.261

2013 do

CNS, o CEP MULTICAMPI GARANHUNS/UPE manifesta-se pela APROVAÇÃO do relatório final.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Envio de Relatório Final	Relatoriofinal.pdf	18/06/2022 15:18:53	CHARLES GOMES SOARES	Postado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GARANHUNS, 01 de Julho de 2022

Assinado por:
Rita di Cássia de Oliveira Angelo
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Capitão Pedro Rodrigues, São José - Térreo Sala 03

Bairro: MAGANO

CEP: 55.294-902

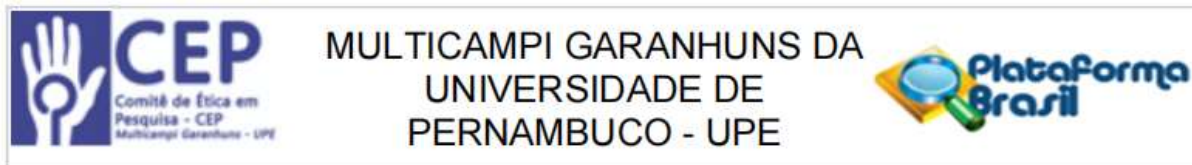
UF: PE

Município: GARANHUNS

Telefone: (87)98859-0493

E-mail: cep.multicampi@upe.br

ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP NÚMERO : 5.173.748



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O OLHAR DA SAÚDE MENTAL PARA INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO INFANTOJUVENIL: INTERVENÇÕES EM UNIDADE DO AGRESTE DE

Pesquisador: CHARLES GOMES SOARES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 53393421.0.0000.0128

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.173.748

Apresentação do Projeto:

Proveniente das minhas inquietações enquanto psicólogo do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, o presente projeto busca dialogar com a equipe técnica de uma instituição de acolhimento infantojuvenil situada no agreste de Pernambuco, a respeito do processo de revitimização e do surgimento de novos abusos em crianças e adolescentes acolhidos. Mobilizado por essas questões, o presente projeto pretende trazer à tona a importância do diálogo e da consequente construção de estratégias, por parte dos profissionais envolvidos, que possibilitem não apenas minimizar o sofrimento acarretado pelo processo de acolhimento, como também impedir a revitimização e o surgimento de abusos físicos e sexuais no espaço do acolhimento. Cabe destacar que, apesar dos avanços trazidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente nas últimas três décadas; crianças e adolescentes brasileiros permanecem diuturnamente tendo seus direitos mais básicos flagrantemente violados por aqueles que possuem o dever legal de garanti-los. Diante das mais diversas violações de direitos e da impossibilidade em permanecerem com suas famílias de origem, o acolhimento institucional emerge como medida de proteção, (de caráter provisório e excepcional), que possibilita a proteção integral de crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade social. Uma vez inseridas em instituições de acolhimento institucional, crianças e adolescentes são colocados em espaços voltados exclusivamente para o coletivo, onde o reconhecimento das suas singularidades e necessidades mais básicas acaba sendo desconsiderado, principalmente em espaços que convivem com a superlotação, caso da instituição

Endereço: Rua Capitão Pedro Rodrigues, São José - Térreo Sala 03

Bairro: MAGANO

CEP: 55.294-902

UF: PE

Município: GARANHUNS

Telefone: (87)3761-8212

E-mail: cep.multicampi@upe.br



MULTICAMPI GARANHUNS DA
UNIVERSIDADE DE
PERNAMBUCO - UPE



Continuação do Parecer: 5.173.748

de acolhimento que será objeto desse estudo. Assim, ao compreender o acolhimento institucional como um processo de intenso sofrimento e os espaços destinados ao acolhimento como ambientes de desamparo; percebi a urgente necessidade do planejamento e consequente introdução de práticas de intervenção, em saúde mental, que possibilitem aos que estão acolhidos serem enxergados, ouvidos e devidamente acolhidos. Para a realização deste projeto, serão empregadas as seguintes técnicas para a coleta de dados da pesquisa: a análise bibliográfica a respeito do processo de acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil, a entrevista semiestruturada, três oficinas reflexivas com a equipe técnica da instituição de acolhimento e diário de campo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Buscar estratégias, juntamente com a equipe técnica de uma instituição de acolhimento infantojuvenil situada no agreste de Pernambuco, que possibilitem minimizar o sofrimento acarretado pelo processo de acolhimento, bem como evitar os processos de revitimização e o surgimento de abusos físicos e sexuais. **Objetivo Secundário:** Analisar, juntamente com a equipe técnica da instituição de acolhimento infantojuvenil, as principais problemáticas vivenciadas e as possíveis sugestões para enfrentá-las. • Auxiliar a equipe técnica da instituição de acolhimento infantojuvenil na criação de espaços em que crianças e adolescentes possam ser escutados a respeito dos impactos do processo de institucionalização em suas vidas. • Desenvolver ações voltadas para as temáticas apontadas como importantes pelos profissionais que integram a equipe técnica da Casa de Acolhimento

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Estima-se que os riscos que envolvem sua participação são mínimos, entre eles estão os desconfortos psicológicos estimulados pelos temas abordados na entrevista semiestruturada e oficinas. Para minimizar esses riscos, serão utilizadas as seguintes medidas: Se evitará colocar nomes no material para que não seja possível identificar os participantes da pesquisa; você poderá interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento, se assim o desejar ou se houver incomodo, desconforto, cansaço, constrangimento ou inconveniência e ressaltam-se como medidas protetivas ao contágio pelo Coronavírus (SARS-CoV-2) que será mantido o distanciamento, uso de máscara N-95, bem como a higienização contínua das mãos durante a entrevista e oficinas. **Benefícios:** Espera-se que essa pesquisa possibilite a reflexão a respeito das problemáticas vivenciadas por crianças/adolescentes acolhidos junto ao CEACGaranhuns, bem como desenvolver estratégias que possibilitem minimizar o processo de revitimização e o surgimento de novos abusos. Ademais, pretende-se dar visibilidade aos acolhidos e criar

Endereço: Rua Capitão Pedro Rodrigues, São José - Térreo Sala 03

Bairro: MAGANO

CEP: 55.294-902

UF: PE

Município: GARANHUNS

Telefone: (87)3761-8212

E-mail: cep.multicampi@upe.br



MULTICAMPI GARANHUNS DA
UNIVERSIDADE DE
PERNAMBUCO - UPE



Continuação do Parecer: 5.173.748

estratégias que possibilitem que suas vozes, tantas vezes suprimidas pela institucionalização, sejam ouvidas. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação mas os voluntários terão direito ao acesso aos resultados da pesquisa, se assim o desejarem. Os dados coletados nesta pesquisa serão armazenados em pastas de arquivo, computador pessoal protegido por senha, sob a responsabilidade do pesquisador principal, pelo período de 5 anos. Após, esse período o material será completamente destruído, de forma que não seja possível a leitura ou visualização. Nada lhe será pago ou cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária. Fica também garantida a busca indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa será desenvolvida para escrita de dissertação a ser desenvolvida no âmbito do Mestrado profissional em Práticas e Inovações em Saúde Mental – PRISMAL, promovido pela Universidade de Pernambuco. Busca estratégias, juntamente com a equipe técnica de uma instituição de acolhimento infantojuvenil situada no agreste de Pernambuco, que possibilitem minimizar o sofrimento acarretado pelo processo de acolhimento, bem como evitar os processos de revitimização e o surgimento de abusos físicos e sexuais. Participarão da pesquisa 13 profissionais, divididos entre (duas Coordenadoras, três assistentes sociais, três pedagogas, três psicólogas e dois advogados), que compõem a equipe técnica da instituição de acolhimento infantojuvenil estadual e possuem a complexa missão de realizar um trabalho interdisciplinar com as famílias e a comunidade de origem das crianças/adolescentes acolhidos com vistas a reintegração familiar. A pesquisa já foi submetida e este CEP e esta é uma segunda relatoria. O pesquisador responsável entregou a resposta às pendências da primeira relatoria, destacando em amarelo as correções efetuadas e as fez todas, inexistindo novas pendências.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos obrigatórios foram apresentados, inexistindo pendências. As adequações necessárias no TCLE foram feitas.

Recomendações:

Não há novas recomendações.

Endereço: Rua Capitão Pedro Rodrigues, São José - Térreo Sala 03

Bairro: MAGANO

CEP: 55.294-902

UF: PE

Município: GARANHUNS

Telefone: (87)3761-8212

E-mail: cep.multicampi@upe.br